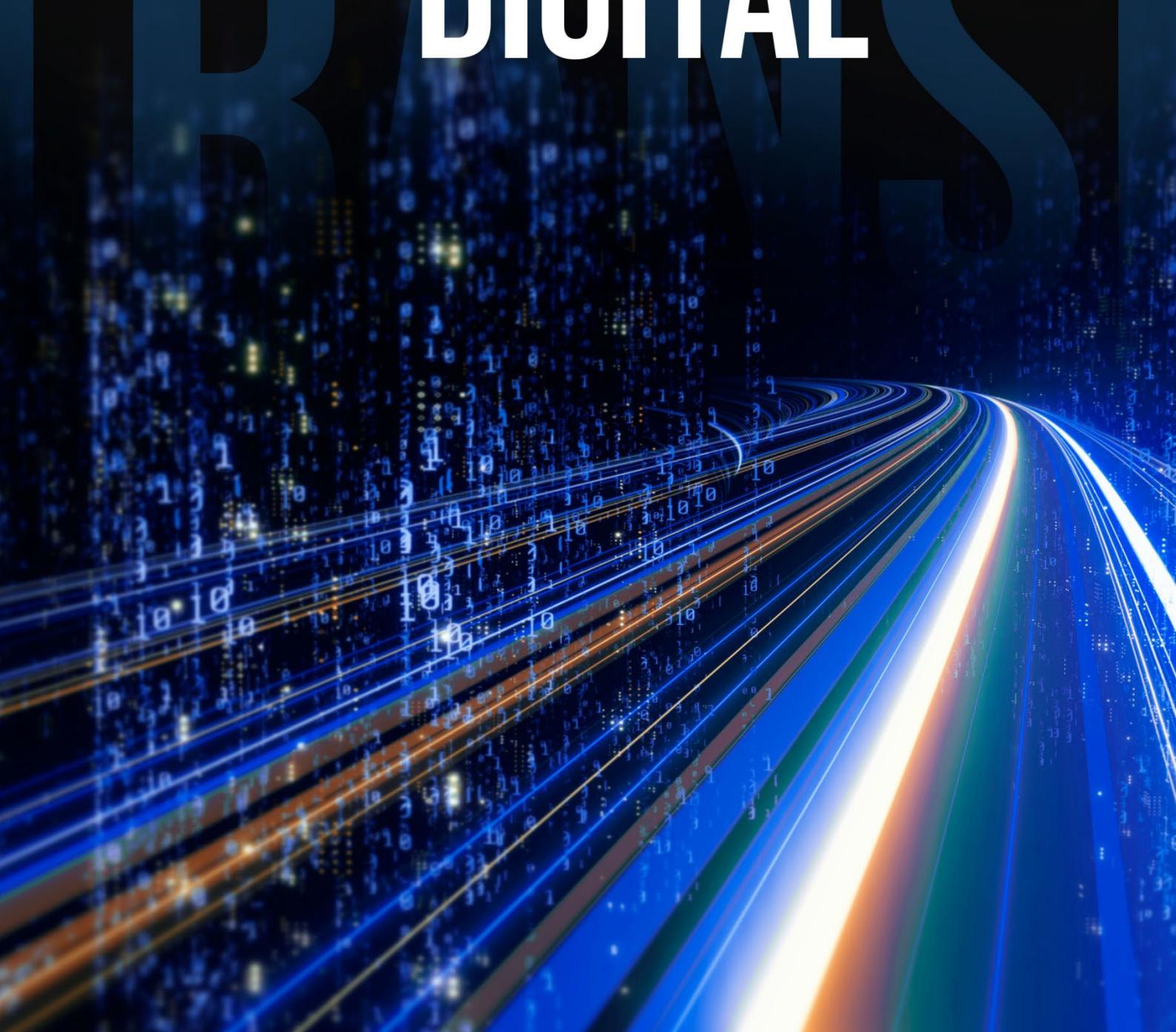




TRANSFORMAÇÃO DIGITAL





BRQ SOLUÇÕES EM INFORMATICA S.A.

CNPJ/MF 36.542.025/0001-64

NIRE 35.300.451-23-6

COMPANHIA ABERTA

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA BRQ
SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S.A. PARA A
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E
EXTRAORDINÁRIA (AGO/E)
A SER REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2022**

Índice

I.	Mensagem	4
II.	Demonstrações Financeiras	4
III.	Destinação do Lucro Líquido	4
IV.	Remuneração - Diretoria e Conselho	6
V.	Rerratificação - Remuneração Diretoria e Conselho	6
VI.	Considerações Finais.....	6
VII.	Anexos	7

I. Mensagem

Prezados Srs. Acionistas da BRQ Soluções em Informática S.A. (“**Companhia**”)

A Administração da Companhia vem, por meio deste, disponibilizar a Proposta de Administração para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGO/E”) relativa ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 (“**Proposta**”), para exame e deliberação de V.Sas..

II. Demonstrações Financeiras

Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas da Companhia preparadas pela Administração, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31/12/2021, publicados no dia 18 de fevereiro de 2022 no jornal “Valor Econômico”, foram aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 17 de fevereiro de 2022.

O Conselho de Administração emitiu, parecer no sentido de que as citadas demonstrações financeiras e correspondentes notas explicativas estão em condições de serem apreciadas pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Ordinária.

As Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas das Notas Explicativas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://www.brq.com/relacionamento-com-o-investidor/>), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

III. Destinação do Lucro Líquido

Proposta da Administração de Destinação do Lucro Líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

A Administração da Companhia apresenta à Assembleia Geral Ordinária a Proposta da Administração de destinação do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, no valor de **R\$ 36.736.884,48** (Trinta e seis milhões, setecentos e trinta e seis mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), conforme segue:

(a) **R\$ 1.836.844,22** (Hum milhão, oitocentos e trinta e seis mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e vinte e dois centavos) para a Reserva Legal, nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76;

(b) R\$ 17.450.020,13 (Dezessete milhões, quatrocentos e cinquenta mil, vinte reais e treze centavos) para distribuição de dividendo obrigatório e adicional, distribuídos conforme descrito abaixo:

- ✓ Ratificar o pagamento de R\$ 8.725.010,07 (Oito milhões, setecentos e vinte e cinco mil, dez reais e sete centavos) para distribuição de **dividendos obrigatórios (25%)**, calculados nos termos da legislação vigente e com base no balanço levantado em 31 de dezembro de 2021, correspondentes a R\$ 0,06569844 por ação, com pagamento realizado aos Senhores Acionistas no dia **25 de fevereiro de 2022**, conforme deliberação do Conselho de Administração em reunião realizada na data de 17.02.2022.

Fizeram jus ao recebimento dos dividendos obrigatórios os Senhores Acionistas com posição de ações da Companhia no dia **17 de fevereiro de 2022**.

Incidiu sobre o pagamento dos dividendos obrigatórios a aplicação da atualização monetária pela variação do IGP-M do mês anterior à referida atualização e calculado pro rata temporis, a partir da data do encerramento do exercício social até a data do seu efetivo pagamento aos acionistas. Essa atualização, importa em R\$ 298.753,57 (Duzentos e noventa e oito mil, setecentos e cinquenta e três reais e cinquenta e sete centavos) e correspondente a R\$ 0,00224958 por ação.

De acordo com o item (i) do Artigo 17º do Estatuto Social da Companhia, o pagamento dos dividendos obrigatórios não depende de aprovação em Assembleia Geral.

- ✓ **Dividendos adicionais (25%)** no montante de R\$ 8.725.010,07 (Oito milhões, setecentos e vinte e cinco mil, dez reais e sete centavos), calculados nos termos da legislação vigente e com base no balanço levantado em 31 de dezembro de 2021, correspondentes a R\$ 0,06569844 por ação, com pagamento aos Senhores Acionistas no dia **29 de abril de 2022**.

Farão jus ao recebimento dos dividendos adicionais os Senhores Acionistas com posição de ações da Companhia no dia **27 de abril de 2022**.

Incidirá sobre o pagamento dos dividendos adicionais a aplicação da atualização monetária pela variação do IGP-M do mês anterior à referida atualização e calculado pro rata temporis, a partir da data do encerramento do exercício social até a data do seu efetivo pagamento aos acionistas. O valor desta atualização será informado oportunamente na ata da Assembleia.

(c) Aprovar o orçamento de capital da Companhia tendo em vista o crescimento e projeções realizadas para os negócios, no montante total de **R\$ 37.538.086,91** (Trinta e sete milhões, quinhentos e trinta e oito mil, oitenta e seis reais e noventa e um centavos), nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, conforme Anexo IV.

IV. Remuneração - Diretoria e Conselho

Proposta de Remuneração Global dos membros da Diretoria e Conselho de Administração para o exercício de 2022

A Administração da Companhia apresenta à Assembleia Geral Ordinária a proposta de remuneração global anual total de até **R\$ 8.225.852,27** (Oito milhões, duzentos e vinte e cinco mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e trinta e vinte e sete centavos). A totalidade da remuneração ora aprovada será destinada à Diretoria **R\$ 5.802.105,68** (Cinco milhões, oitocentos e dois mil, centos e cinco reais e sessenta e oito centavos), aos Conselheiros **R\$ 911.942,39** (Novecentos e onze mil, novecentos e quarenta e dois reais e trinta e nove centavos) e o valor de até **R\$ 1.511.804,20** (Hum milhão, quinhentos e onze mil, oitocentos e quatro reais e vinte centavos) será pago a título de remuneração variável, esta última a ser concedida nas condições propostas e fixadas pela Administração da Companhia, cuja distribuição será deliberada pelo Conselho de Administração.

Tais valores de remuneração referem-se ao período compreendido entre janeiro e dezembro de 2022.

V. Rerratificação - Remuneração Diretoria e Conselho

Rerratificação da Remuneração Global dos membros da Diretoria e Conselho de Administração

A Administração da Companhia apresenta à Assembleia Geral Extraordinária a rerratificação do montante pago à título de remuneração aos administradores da Companhia no exercício social encerrado em 31/12/2021 e aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 23/04/2021.

O valor pago da remuneração global foi de **R\$ 7.911.915,24** (Sete milhões, novecentos e onze mil, novecentos e quinze reais e vinte e quatro centavos). A totalidade da remuneração foi destinada à Diretoria **R\$ 4.957.435,31** (Quatro milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e trinta e um centavos), aos Conselheiros **R\$ 689.862,00** (Seiscentos e oitenta e nove mil, oitocentos e sessenta e dois reais) e o valor de **R\$ 2.264.617,93** (Dois milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e dezessete reais e noventa e três centavos) pago a título de remuneração variável.

VI. Considerações Finais

Sendo somente o que se apresenta para o momento, renovamos os protestos de elevada estima e consideração e permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.



VII. Anexos

Anexo I: FRE - Seção 10 - Comentários dos Diretores

Anexo II: FRE - Seção 13 - Remuneração dos Administradores

Anexo III: Destinação do Lucro Líquido (Anexo 9-1-II Instrução CVM 481/09)

Anexo IV: Orçamento de Capital

São Paulo, 28 de março de 2022.

BRQ SOLUÇÕES EM INFORMATICA S.A.

Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues
Diretor de Relações com Investidores



Anexo I: FRE - Sessão 10 - Comentários dos Diretores

Índice

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	1
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	27
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	29
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	30
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	32
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	34
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	35
10.8 - Plano de Negócios	36
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	38

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9, serão apresentadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), e as demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e suas respectivas notas explicativas elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB. As informações dos itens 10.1 a 10.9, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional (em milhares de Reais).

Os comentários dos diretores da Companhia visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020, 2019, bem como compreender as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras entre os períodos analisados e os principais fatores que explicam essas variações.

As informações constantes deste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no website de relações com investidores da Companhia (<https://www.brq.com/relacionamento-com-o-investidor/>) e no website da CVM (www.cvm.gov.br).

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens das demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual de determinado item em relação à receita operacional líquida para os períodos aplicáveis aos resultados das operações, ou em relação ao ativo total e/ou passivo total e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para o balanço patrimonial.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores entendem que a Companhia tem condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as atividades do seu negócio, assim como para cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. Por meio da análise dos números de seu ativo circulante e de seu passivo circulante a Companhia acredita que seu capital de giro permite liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir seus investimentos, suas despesas e suas obrigações para os próximos anos.

A Companhia entende a geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis em instituições financeiras são suficientes para suportar o financiamento de suas atividades e cobrir a necessidade de recursos para a realização do plano de negócios da Companhia.

Segue abaixo informações sobre a estrutura financeira e patrimonial da Companhia em 2021 e em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(Em milhares de R\$, exceto percentuais)	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio Líquido	118.967	104.731	106.918
Caixa e equivalentes de caixa	161.617	134.715	73.376
Dívida Bruta (a)	55.071	75.995	22.371
Caixa líquido (b)	(106.546)	(58.720)	(51.005)
Lucro líquido do período / exercício	40.261	44.569	29.844
EBITDA Ajustado (c)	106.115	77.893	50.593
Margem EBITDA Ajustado (%) (d)	16,96%	15,16%	12,10%

(a) A Dívida Bruta corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures, financiamentos por arrendamento e empréstimos com partes relacionadas (circulante e não circulante). A dívida bruta não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - “IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua Dívida Bruta de forma distinta, não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

(b) A Dívida Líquida corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures, financiamentos por arrendamento e empréstimos com partes relacionadas (circulante e não circulante), deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa. A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - “IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua Dívida Líquida de forma distinta, não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

(c) O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que consiste no EBITDA, calculado em consonância com a Instrução CVM 527, ajustado em 2021 com itens não recorrentes ou que não fazem parte do plano de negócios da Companhia, sendo eles: ganho extraordinário referente ao perdão da dívida (PPP Loan) na sua controlada no exterior ; despesas com esforços para aquisição de empresas; pagamento de prêmio adicional no desligamento de acionista diretor da Companhia; valores de prêmio / PLR que foram registrados no momento da sua aprovação, e no ano de 2020 pela perda (ganho) na baixa de ativos. O exercício social encerrado em 2019 e apresentado acima não foi ajustado com itens não recorrentes ou itens que não fazem parte do plano de negócios da Companhia. O EBITDA Ajustado não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.”

O EBITDA, EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não possuem um significado padrão. A Companhia utiliza o EBITDA e a margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM 527/12.

(d) A Margem EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que consiste no EBITDA Ajustado conforme descrito do item acima sobre a receita líquida de vendas e serviços prestados.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

As condições financeiras e patrimoniais da Companhia seguem em linha com seu plano de negócios atrelado ao histórico de crescimento da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, com receita líquida de R\$ 625.547 mil (R\$ 513.712 mil no exercício social encerrado em 31

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

de dezembro de 2020) e lucro líquido de R\$ 40.261 mil (R\$ 44.569 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de caixa e equivalente de caixa da Companhia era de R\$ 161.617 mil, valor superior a 31 de dezembro de 2020, que correspondia a R\$ 134.715 mil, um aumento de 20,00%.

Em 31 de dezembro de 2021, o caixa da Companhia é superior às suas obrigações de curto prazo.

Os diretores entendem que a Companhia tem condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as atividades do seu negócio, assim como para cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. Em 31 de dezembro 2021, a Companhia possui capital circulante líquido positivo e o nível de endividamento da Companhia encontra-se de patamar adequado.

Considerando seu nível de endividamento, em condições normais de mercado, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições satisfatórias para contratar empréstimos e financiamentos adequados para realização de suas atividades e/ou investimentos futuros, denotando capacidade financeira suficiente para a cobertura financeira de suas operações, bem como realização de investimentos planejados, pagamento de dívidas e outras obrigações.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

As condições financeiras e patrimoniais da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 seguiram em linha com seu plano de negócios atrelado ao histórico de crescimento da Companhia com receita líquida de R\$ 513.712 mil (R\$ 418.114 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019) e lucro líquido de R\$ 44.569 mil (R\$ 29.844 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019).

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de caixa e equivalente de caixa da Companhia era de R\$ 134.715 mil, valor superior a 31 de dezembro de 2019, que correspondia a R\$ 73.376 mil, um aumento de 83,60%. Esse aumento se deve, principalmente, à 1ª emissão de debêntures realizada em março de 2020, o que impactou o caixa positivamente em R\$ 58.285 mil (valor líquido dos custos de captação), somado a geração operacional de caixa em R\$ 65.309 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, sendo estes compensados parcialmente pelas aquisições de ativos imobilizados e intangíveis em R\$ 5.853 mil e pelo pagamento de dividendos em R\$ 48.582 mil no mesmo período.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

As condições financeiras e patrimoniais da Companhia em no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 seguiram em linha com seu plano de negócios atrelado ao histórico de crescimento da Companhia com receita líquida de R\$ 418.114 mil (R\$ 357.715 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018) e lucro líquido de R\$ 29.844 mil (R\$ 24.028 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de caixa e equivalente de caixa era de R\$ 73.376 mil, valor superior a 31 de dezembro de 2018, que correspondia a R\$ 68.183 mil, um aumento de 7,6%. Esse aumento se deve a geração operacional de caixa da Companhia no exercício social encerrado em 31

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

de dezembro de 2019 compensado parcialmente pelas aquisições de ativos imobilizados e intangíveis em R\$ 4.815 mil; pelo pagamento de dividendos em R\$ 13.392 mil e pelo pagamento da parcela de principal das dívidas em aberto em R\$ 13.195 mil no mesmo período.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A Administração considera que a execução da estratégia de crescimento orgânico e inorgânico (por aquisições) depende da utilização de fontes de financiamento compatíveis com volumes de capital, prazos de amortização longos e perfis de risco adequados.

O objetivo da Administração da Companhia no processo de administração do capital é garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir custos e manter o equilíbrio adequado.

A estrutura de capital da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 consiste nos saldos apresentados na tabela abaixo:

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio Líquido	108.967	104.731	106.918
Passivo Total + Patrimônio Líquido	345.489	275.948	208.827
Capital Próprio (a)	31,54%	37,95%	51,20%

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Passivo Circulante e não Circulante	226.522	171.217	101.909
Passivo Total + Patrimônio Líquido	345.489	275.948	208.827
Capital de Terceiros (b)	65,57%	62,05%	48,80%

(a) O capital próprio da Companhia é representado pelo patrimônio líquido dividido pelo total do passivo e do patrimônio líquido.

(b) O capital de terceiros da Companhia é representado pela somatória do passivo circulante e não circulante dividido pelo total do passivo e do patrimônio líquido.

O padrão de financiamento da Companhia baseia-se na utilização de recursos próprios e de capital de terceiros, podendo este ser referente à captação de recursos junto a instituições financeiras ou emissão de dívidas a mercado.

Em 31 de dezembro de 2019, a estrutura de capital da Companhia era composta por 48,80% de capital de terceiros. Porém, com a 1ª emissão de debêntures realizada pela Companhia, o capital de terceiros passou a representar 62,05% em 31 de dezembro de 2020 e 65,57% em 30 de dezembro de 2021.

Periodicamente, a Administração da Companhia revisa a estrutura de capital e habilidade de liquidar os seus passivos, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

i. hipóteses de resgate

A Companhia não possui ações resgatáveis emitidas.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui ações resgatáveis.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria acredita que Companhia tem liquidez e recursos suficientes para saldar compromissos de curto prazo, mas depende de sua geração de caixa futura para garantir que tal situação permanecerá estável. A Companhia tem apresentado adimplemento e pontualidade em relação aos compromissos financeiros assumidos. O capital de giro (saldo necessário para garantir a continuidade do funcionamento da Companhia) em 31 de dezembro de 2021 da Companhia, incluindo recursos em caixa e linhas já aprovadas de financiamento bancário, é suficiente para atender as suas exigências operacionais e financeiras imediatas.

A Administração entende que os índices abaixo indicam que a Companhia possui ativos e capacidade de geração de caixa em montante suficiente para fazer frente às suas obrigações e monitora continuamente os indicadores de liquidez, acreditando que eles apresentam níveis compatíveis com as práticas de mercado no setor de atuação. Os principais indicadores de liquidez considerados são:

(Em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Ativo circulante	277.376	233.364	165.624
Passivo circulante	145.975	113.506	88.376
Índice de Liquidez Corrente (ILC) (a)	1,89%	2,06%	1,87%
Ativo total	345.489	275.948	208.827
Passivo total	226.522	171.217	101.909
Índice de Liquidez Geral (ILG) (b)	1,53%	1,61%	2,05%

(a) Medido pela relação entre o ativo circulante e o passivo circulante.

(b) Medido pela relação entre o ativo total (ativo circulante + ativo não circulante) e o passivo total (passivo circulante + passivo não circulante).

Compromissos financeiros – “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos no contrato da 1^a emissão das debêntures a administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

- Dívida líquida / EBITDA dos últimos 12 meses: Menor ou igual a 2,5

O não cumprimento do índice, por dois trimestres consecutivos ou alternados, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants*. A Companhia também acompanha outros *covenants* qualitativos, os quais em 31 de dezembro de 2021 foram atendidos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 as principais fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes da Companhia foram o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais, em captação de Certificados de Depósitos Bancários, Certificados de Depósitos Interfinanceiros, e operações de emissão de debêntures, conforme apresentado a seguir:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(Em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Recursos de instituições financeiras	-	11.235	-
(-) Custos de captação	-	(35)	-
Recursos de emissão de títulos	-	60.000	-
(-) Custos de captação	-	(1.715)	-

A Companhia mantém um saldo confortável em caixa e equivalentes de caixa, sendo seu total em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 , respectivamente, de R\$ 161.617 mil, R\$ 134.715 mil e R\$ 73.376 mil. Os Diretores da Companhia entendem que as fontes de financiamento são adequadas ao perfil de endividamento da Companhia.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. A maior parte dos investimentos previstos para 2022 será financiada com capital de terceiros proveniente das debêntures emitidas em 2020. Tais recursos podem ser complementados pela geração de caixa operacional da Companhia e por linhas de financiamento específicas, que visam incentivar projetos relacionados à inovação tecnológica. Caso venha a enfrentar eventuais deficiências de liquidez, a Companhia poderá recorrer à utilização do limite pré-aprovados para capital de giro junto aos Bancos Itaú, Santander e Bradesco.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo, ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

(R\$ mil, exceto %) Instituição Financeira	Venc.	Taxa Pré (a.a.)	Taxa pós	Garantia	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Itaú	jan/21	2,43%	100% CDI	N/A	-	716	9.324
Chase Bank (a)	mai/21	0,98%	-	N/A	-	4.000	-
Caixa Econômica Federal (b)	nov/21	2,18%	100% CDI	Dep. vinculado	-	6.984	-
Santander	*	2,25%	Labor	N/A	-	1.507	-
BNDES	ago/19	1,50%	TJLP	Aval	-	-	-
BNDES	ago/21	1,70%	TJLP	Fiança Bancária	-	-	8.842
Bradesco (c)	mar/25	1,53%	100% CDI	Recebíveis/Fiança	47.493	58.449	-
TOTAL					47.493	71.656	18.166

* Linha de crédito

(a) Em abril de 2020, a controlada ThinkInternational, LLC contraiu um empréstimo no valor de US\$ 769 mil, (R\$ 4.000 mil) no âmbito do programa “CARES (Coronavirus Aid, Relief, and Economic Security)”. O empréstimo destinava-se a suprir a perda de vendas e a capacidade de operar, juntamente com a correspondente incapacidade de pagar funcionários, aluguel e outros custos devido à pandemia. A controlada obteve o perdão da dívida em maio de 2021 devido ao cumprimento dos requisitos do programa de utilização do recurso para pagamento da folha de pagamento e outros

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

gastos elegíveis.

(b) Em 04 de agosto de 2020, a Companhia contratou um empréstimo no montante de R\$ 7.000 mil junto à Caixa Econômica Federal para capital de giro. A dívida tem 6 meses de carência e vencimento em 5 de novembro de 2021. Esta operação requer da Companhia uma garantia real de R\$ 1.400 mil de aplicação financeira remuneradas ao percentual de 98,50% da variação do CDI. Em 30 de junho de 2021 este depósito vinculado totaliza R\$ 1.420 mil (R\$ 1.524 mil em 31 de dezembro de 2020).

(c) 1^a Emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, distribuídas com esforços restritos, com pagamento mensal de juros e pagamento do principal iniciado em abril/2020, com vencimento em março/2025, a dívida tem garantia real da cessão fiduciária de recebíveis, contrato de prestação de prestação de serviços entre o Bradesco e BRQ e garantia adicional fidejussória registrada nos Cartórios de Registros e Documentos da Cidade de Barueri e da Cidade de São Paulo.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

(Em milhares de R\$, exceto percentuais)							
Entidade	Data final vencimento	Taxa pré a.m.	Tipo	Bens	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Santander Leasing S.A.	out/24	0,94% a 1,24%	Financeiro	Equipamentos de informática	6.889	3.282	2.044
Bradesco Leasing S.A.	jan/22	1,02% a 1,19%	Financeiro	Equipamentos de informática	43	705	1.466
Banco Daycoval	jan/23	0,88%	Financeiro	Software	492	-	-
Safra Leasing S.A.	ago/22	12,55%	Financeiro	Equipamentos de informática	154	352	551
TOTAL					7.578	4.339	4.061

iii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não existe grau de subordinação contratual entre dívidas quirografárias da Companhia. As dívidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Algumas de suas dívidas são garantidas por alienação fiduciária e fiança das pessoas físicas controladoras da Companhia.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Em 13 de fevereiro de 2020, a Companhia realizou sua 1^a (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição (“Debêntures”). As Debêntures possuem cláusula restritivas relacionadas a:

(i) aprovação de matérias concernentes à fusão, cisão, liquidação, incorporação ou qualquer forma de reestruturação societária, incluindo incorporação de ações, que resulte: (a) em mudança ou

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

transferência, a qualquer título, do controle societário direto e indireto da Companhia; ou (b) em redução da participação acionária dos Controladores na Companhia, exceto se com prévia anuência dos titulares das Debêntures

(ii) aprovação de (i) distribuição de dividendos acima do mínimo legal, (ii) pagamento de juros sobre o capital próprio ou a (iii) realização de quaisquer outros pagamentos pela Companhia a seus acionistas, sendo certo que em qualquer caso, a distribuição de dividendos pela Companhia está limitada a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido apurado a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020;

(iii) a criação de quaisquer ônus, gravame ou impedimento sobre os direitos creditórios cedidos fiduciariamente em garantia aos titulares das Debêntures;

(iv) não observância por dois trimestres consecutivos ou alternados, do índice financeiro relacionado a seguir (“Índice Financeiro”) por todo o período de vigência das Debêntures, a serem apurados pela Companhia trimestralmente com base nas Demonstrações Financeiras Individuais da Companhia.

- Dívida Financeira Líquida/EBITDA: menor ou igual a 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos).

Sendo considerado:

“Dívida Financeira Líquida” saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Companhia, as Debêntures e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida em moeda local ou internacional, os resultados, negativos, das operações de proteção patrimonial (Hedge), excluindo-se os efeitos do IFRS 16 e subtraídos os valores em caixa e em aplicações financeiras de curto prazo, os depósitos diretamente vinculados a estes empréstimos e financiamentos e resultados positivos das operações de proteção patrimonial; e

“EBITDA” o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, imparidade dos ativos e equivalências patrimoniais, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses

(v) alteração dos principais ramos de negócio da Companhia, conforme previsto em seu Estatuto Social, ou realização de operações fora de seu objeto social ou prática de qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com a Escritura de Emissão das Debêntures, em especial os que possam comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os debenturistas;

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a Companhia utilizava os seguintes percentuais dos limites para capital de giro:

Banco	Valor do Limite (Em milhares de reais)	Percentual Utilizado
Itaú	3.000	0,00%
Santander	10.000	0,00%
Bradesco	5.000	0,00%

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Demonstrações dos resultados (em 31/12/2021 comparado com 31/12/2020)
 (em milhares de reais, exceto %)

DRE	2021	AV %	AH %	2020	AV %
Receita, líquida	625.547	100,00%	21,77%	513.712	100,00%
Custo das vendas e dos serviços prestados	(400.491)	-64,02%	16,00%	(345.251)	-67,21%
Lucro bruto	225.056	35,98%	33,60%	168.461	32,79%
		35,98%			32,79%
(Despesas) / receitas operacionais					
Despesas administrativas	(130.424)	-20,85%	35,28%	(96.410)	-18,77%
Perdas de crédito esperadas	1.121	0,18%	-168,44%	(1.638)	-0,32%
Despesas tributárias	(17.676)	-2,83%	3143,30%	(545)	-0,11%
Outras (despesas) / receitas operacionais, líquido	6.228	1,00%	-666,18%	(1.100)	-0,21%
	(140.751)	-22,50%	41,18%	(99.693)	-19,41%
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos	84.305	13,48%	22,59%	68.768	13,39%
Receitas financeiras	4.716	0,75%	54,27%	3.057	0,60%
Despesas financeiras	(27.493)	-4,40%	397,16%	(5.530)	-1,08%
	(22.777)	-3,64%	821,03%	(2.473)	-0,48%
Resultado antes dos impostos	61.528	9,84%	-7,19%	66.295	12,91%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(26.336)	-4,21%	10,41%	(23.853)	-4,64%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.069	0,81%	138,32%	2.127	0,41%
Lucro líquido do exercício	40.261	6,44%	-9,67%	44.569	8,68%
Atribuível aos acionistas controladores	36.737	5,87%	-13,12%	42.286	8,23%
Atribuível aos acionistas não controladores	3.524	0,56%	54,36%	2.283	0,44%

• Receita líquida

A receita, líquida da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$625.547 mil, representando um aumento de R\$111.835 mil, ou 21,77%, comparado a R\$513.712 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Os diretores da Companhia entendem que o aumento é explicado principalmente:

- (i) Decorrente do crescimento da oferta NextGen Squads que visa um olhar mais estratégico sobre o negócio dos seus clientes alavancados pelo cross sell em clientes já existentes, levando-se em conta que nosso relacionamento médio dom os 10 principais clientes é superior a 10 anos.
- (ii).Pela expansão clientes, 33 novos clientes no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

• Custos das vendas e dos serviços prestados

O custo das vendas e dos serviços prestados da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 400.491 mil, representando um aumento de R\$ 55.240 mil, ou 16,00%, comparado a R\$ 345.251 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

O custo é composto 94,37% por custo de pessoal, que foi responsável pelo aumento de R\$ 49.196 mil devido basicamente ao aumento no quadro de funcionários, somado aos efeitos do reajuste sindical aprovado no ano (aproximadamente 4,52%).

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

• Resultado Bruto

O lucro bruto da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 225.056 mil, representando um aumento de R\$ 55.595 mil, ou 33,60%, comparado a R\$ 168.461 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

O resultado bruto vem crescendo ano contra ano, influenciada principalmente pelo aumento significativo de soluções Nextgen, ou seja, ofertas focadas na estratégia do cliente, com alto valor agregado, somado a eficiência e qualidade no delivery.

A margem bruta, medido pela relação do resultado bruto sobre a receita líquida de vendas e serviços prestados, cresceu 3.18 p.p. comparada ao ano anterior. Diversas ações foram desenhadas para esse resultado:

- ✓ aumento da eficiência na atuação dos projetos atrelada ao avanço contínuo na qualidade de entrega dos seus serviços;
- ✓ crescimento de um portfólio de soluções focado em transformação digital; e
- ✓ Criação de novos modelos de negócio, atrelados à transformação digital, nos seus clientes que gera vendas com maiores margens devido ao aumento de valor agregado nos serviços.

• Despesas administrativas

As despesas administrativas da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 130.424 mil, representando um aumento de R\$ 34.014 mil, ou 35,28%, comparado a R\$ 96.410 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. As despesas administrativas têm a seguinte composição:

(R\$ mil)	2021	2020	AH	AH %
Com pessoal	(106.337)	(79.659)	(26.678)	33,49%
Serviços com terceiros	(9.816)	(6.651)	(3.165)	47,59%
Aluguéis e condomínios	(666)	(904)	238	-26,33%
Depreciação e amortização	(2.494)	(3.695)	1.201	-32,50%
Comunicações	(580)	(608)	28	-4,61%
Energia elétrica	(173)	(332)	159	-47,89%
Outras despesas administrativas	(10.358)	(4.561)	(5.797)	127,10%
Despesas administrativas	(130.424)	(96.410)	(34.014)	35,28%

O aumento deveu-se principalmente ao aumento de R\$ 26.678 mil em custo com pessoal é devido principalmente pelo pagamento de PLR (Participação nos Lucros e Resultados) em 30 de junho de 2021, no montante de R\$ 13.100 mil, frente ao valor de R\$ 6.298 mil pagos no mesmo período do ano anterior, somado aos efeitos do reajuste sindical do ano em aproximadamente 4,98% e aumento no quadro de funcionários.

• Despesas tributárias

As despesas tributárias da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 17.676 mil, representando um aumento de R\$ 17.131 mil, ou 3.143,30%, comparado a R\$ 545 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. O aumento refere-se ao acordo individual de transação com a PGFN referente ao auto de infração no valor de R\$ 17.028 mil.

• Outras (despesa) receitas operacionais, líquidas

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

As outras (despesas) receitas operacionais, líquidas da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram de uma receita de R\$6.228 mil, representando uma redução de R\$ 7.328, ou -666,18%, comparado a uma despesa de R\$ 1.100 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação deve-se principalmente a receita extraordinária em 2021 no montante de R\$ 4.150 mil registrada na controlada ThinkInternational devido ao perdão do empréstimo do valor obtido no âmbito do programa CARES (Coronavirus Aid, Relief, and Economic Security) devido ao cumprimento dos requisitos do programa de utilização do recurso e a despesa referente à baixa dos ativos imobilizados no montante de R\$2.967 mil ocorrida no ano de 2020, em decorrência da redução dos escritórios após a adoção do trabalho remoto na Companhia.

• Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos

Devido aos motivos descritos acima, o resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 84.305 mil, representando um aumento de R\$ 15.537 mil, ou 22,59%, comparado a R\$ 68.768 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

• Receitas financeiras

A receita financeira da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 4.716 mil, representando um aumento de R\$ 1.659 mil, ou 54,27%, comparado a R\$ 3.057 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa redução deve-se a receita de aplicações financeiras que apresentou aumento de R\$ 1.399 mil quando comparado com o mesmo período do ano anterior principalmente pelo aumento no CDI acumulado no período analisado.

• Despesas financeiras

A despesa financeira da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 27.493 mil, representando um aumento de R\$ 21.963 mil, ou 397,16%, comparado a R\$ 5.530 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento deveu-se basicamente a multas e juros do acordo individual de transação com a PGFN referente ao auto de infração no valor de R\$ 21.073 mil.

• Lucro antes dos tributos

Devido aos motivos descritos acima, o lucro antes dos tributos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 61.528 mil, representando uma redução R\$ 4.767 mil, ou -7,19%, comparado a R\$ 66.295 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

• Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Devido aos motivos descritos acima o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 21.267 mil, representando uma redução de R\$ 459 mil, ou -2,11%, comparado a R\$ 21.726 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

• Lucro líquido do período

Devido aos motivos descritos acima, o lucro líquido da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 40.261 mil, representando uma redução de R\$ 4.308 mil, ou -9,67%, comparado a R\$ 44.569 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (em milhares de reais, exceto %)

Ativo	2021	AV %	AH%	2020	AV %
-------	------	------	-----	------	------

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa	161.617	46,78%	19,97%	134.715	48,82%
Contas a receber	91.625	26,52%	12,71%	81.296	29,46%
Estoques de serviços em andamento	260	0,08%	-62,26%	689	0,25%
Despesas antecipadas	12.520	3,62%	76,94%	7.076	2,56%
Impostos a recuperar	10.335	2,99%	33,01%	7.770	2,82%
Outros ativos	1.019	0,29%	-43,95%	1.818	0,66%
Total do ativo circulante	277.376	80,29%	18,86%	233.364	84,57%
<i>Ativo não circulante</i>					
Estoques de serviços em andamento	23	0,01%	-46,51%	43	0,02%
Depósitos judiciais e caução	4.131	1,20%	-8,10%	4.495	1,63%
Depósitos vinculados – caixa restrito	-	0,00%	-100,00%	1.524	0,55%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.464	2,74%	115,34%	4.395	1,59%
Ativos financeiros	10.771	3,12%	6,19%	10.143	3,68%
Imobilizado	12.319	3,57%	14,77%	10.734	3,89%
Intangível	29.741	8,61%	211,23%	9.556	3,46%
Direito de uso	1.405	0,41%	-17,06%	1.694	0,61%
Total do ativo não circulante	68.113	19,71%	59,95%	42.584	15,43%
Total do ativo	345.489	100,00%	25,20%	275.948	100,00%

Passivo

	2021	AV %	AH%	2020	AV %
<i>Passivo Circulante</i>					
Fornecedores	12.818	3,71%	37,12%	9.348	3,39%
Empréstimos e financiamentos	6.618	1,92%	-49,89%	13.207	4,79%
Financiamentos por arrendamento	4.433	1,28%	73,44%	2.556	0,93%
Passivos de arrendamento	793	0,23%	1,02%	785	0,28%
Debêntures	14.634	4,24%	100,00%	11.095	4,02%
Salários e encargos sociais	26.514	7,67%	124,68%	11.801	4,28%
Salários e encargos sociais	188	0,05%	-32,86%	280	0,10%
Impostos e contribuições a recolher	26.023	7,53%	167,62%	9.724	3,52%
Provisão para férias e 13o salário	29.590	8,56%	11,40%	26.562	9,63%
Dividendos a pagar	9.197	2,66%	-10,10%	10.230	3,71%
Receitas diferidas	12.251	3,55%	-24,87%	16.307	5,91%
Outras passivos	3.916	1,13%	143,08%	1.611	0,58%
Total do passivo circulante	146.975	42,54%	29,49%	113.506	41,13%

Passivo Não -Circulante

Provisão para perda de causas judiciais	6.626	1,92%	2,97%	6.435	2,33%
Passivos de arrendamento	3.145	0,91%	76,39%	1.783	0,65%
Financiamentos por arrendamento	657	0,19%	-36,71%	1.038	0,38%
Debêntures	32.859	9,51%	100,00%	47.354	17,16%
Receitas diferidas	400	0,12%	-50,00%	800	0,29%
Participações a pagar	1.515	0,44%	0,00%	-	0,00%
Impostos e contribuições a recolher	21.779	6,30%	0,00%	-	0,00%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Obrigação por aquisição de investimentos	12.343	3,57%	0,00%	-	0,00%
Outros passivos	223	0,06%	100,00%	301	0,11%
Total do passivo não circulante	79.547	23,02%	37,84%	57.711	20,91%
<i>Patrimônio líquido</i>					
Capital social	56.277	16,3%	0,3%	56.106	20,33%
Ações em Tesouraria	(503)	-0,1%	0,0%	-	0,00%
Reserva de capital	(3.629)	-1,1%	-4813,0%	77	0,03%
Reserva de lucros	46.035	13,3%	72,1%	26.748	9,69%
Dividendo adicional proposto	8.725	2,5%	-13,1%	10.043	3,64%
Ajustes acumulados de conversão	10.169	2,9%	2,9%	9.884	3,58%
Lucro líquido do período	-	0,0%	0,0%	-	0,00%
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	117.074	33,9%	13,8%	102.858	37,27%
Participação acionistas não controladores	1.893	0,5%	1,1%	1.873	0,68%
Total do patrimônio líquido	118.967	34,4%	13,6%	104.731	37,95%
Total do passivo e do patrimônio líquido	345.489	100,0%	25,2%	275.948	100,00%

Ativo Circulante: O ativo circulante totalizou R\$ 277.376 mil em 30 de junho de 2021, mostrando um aumento 18.86 % em relação aos R\$ 233.364 mil em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento deveu-se, basicamente a:

- (i) Caixa e equivalentes de caixa: Aumento de 19,97% resultante do melhor gerenciamento do fluxo de caixa da empresa
- (ii) Contas a receber: Aumento no saldo em R\$ 10.329 mil em 30 de dezembro de 2021 quando comparado com 31 de dezembro de 2020, resultado direto do aumento da operação no período.

Ativo Não Circulante: O ativo não circulante totalizou R\$ 68.113 mil em 30 de dezembro de 2021, mostrando aumento de 59,95% em relação aos R\$ 42.584 mil em 31 de dezembro de 2020 principalmente, o aumento do imposto de renda e contribuição social diferidos no valor de 5.069 e o registro do ágio nas aquisições da BMSIX e Livetouch no valor de R\$ 18.114.

Passivo Circulante: O passivo circulante em 30 de dezembro de 2021 foi de R\$ 146.975 mil, aumento de 29,49% em relação ao valor de R\$ 113.506 mil em 31 de dezembro de 2020. Este aumento refere-se à:

- (i) Aumento nos impostos e contribuições a recolher no valor de R\$ 13.560 referente ao acordo de transação com a PGFN,
- (ii) Aumento do saldo de debêntures em R\$ 3.536 mil devido a atualização monetária; aumento do saldo de salários e encargos em R\$ 12.857 referente a PLR do ano de 2021 a ser paga em 2022 e R\$ 3.500 mil em salários e encargos devido ao aumento da folha de pagamento em decorrência do número de funcionários e contabilização de provisão de banco de horas e dissídio referente ao ano de 2021.

Passivo Não Circulante: O passivo não circulante em 30 de dezembro de 2021 foi de R\$ 79.547 mil, aumento de 37,84% em relação ao valor de R\$ 57.711 mil em 31 de dezembro de 2020. Este aumento foi basicamente aumento nos impostos e contribuições a recolher no valor de R\$ 21.779 referente ao acordo de transação com a PGFN.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Patrimônio líquido: O patrimônio líquido totalizou R\$ 118.967 mil em 30 de dezembro de 2021 (R\$ 104.731 mil em 31 de dezembro de 2020), aumento de 13,59%. Esse aumento foi decorrente, principalmente, pelo lucro líquido do exercício findo 30 de dezembro de 2021 de R\$ 44.569 mil compensados parcialmente de dividendos distribuídos de R\$22.272 mil, reserva legal no valor de R\$ 1.837 mil,e da transação entre sócios para aquisição da participação remanescente de 20% da controlada ThinkInternational de R\$5.380.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

Demonstrações dos resultados
(em milhares de reais, exceto %)

DRE	Exercício social encerrado em 31/12/2020	AV %	AH %	Exercício social encerrado em 31/12/2019		AV %
				Exercício social encerrado em 31/12/2019	AV %	
Receita, líquida	513.712	100,00%	22,86%	418.114	100,00%	
Custo das vendas e dos serviços prestados	(345.251)	-67,21%	19,83%	(288.119)	-68,91%	
Lucro bruto	168.461	32,79%	29,59%	129.995	31,09%	
Despesas administrativas	(98.048)	-19,09%	16,64%	(84.058)	-20,10%	
Despesas tributárias	(545)	-0,11%	-74,66%	(2.151)	-0,51%	
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(1.100)	-0,21%	-235,47%	812	0,219	
(Despesas) receitas operacionais	(99.693)	-19,41%	16,74%	(85.397)	-20,42%	
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	68.768	13,39%	54,20%	44.598	10,67%	
Receitas financeiras	3.057	0,60%	-11,29%	3.446	0,82%	
Despesas financeiras	(5.530)	-1,08%	58,50%	(3.489)	-0,83%	
	(2.473)	-0,48%	N.M.	(43)	0,01%	
Lucro antes dos tributos	66.295	12,91%	48,79%	44.555	10,66%	
Imposto de renda e contribuição social correntes	(23.853)	-4,64%	61,04%	(14.812)	-3,54%	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.127	0,41%	N.M.	101	0,00%	
Lucro líquido do exercício	44.569	8,68%	49,34%	29.844	7,14%	
Acionistas controladores	42.286		45,96%	28.971		
Acionistas não controladores	2.283		161,51%	873		

• Receita, líquida

A receita, líquida da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$513.712 mil, representando um aumento de R\$95.598 mil, ou 22,9%, comparado a R\$418.114 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Os diretores da Companhia entendem que o aumento é explicado principalmente:

(i) Pelo aquecimento do mercado e consequente aumento no volume de demandas para área de tecnologia da informação, mantendo o crescimento contínuo em Multidisciplinary Squads, que representa 85,6% da sua receita total, de 8,2%;

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- (ii) Pelo crescimento de R\$ 56.503 mil, que representa 482,8% da oferta NextGen Squads que visa um olhar mais estratégico sobre o negócio o que impulsionou a entrada de novos clientes e alavancou a receita nos seus clientes já existentes apoiado pelo *cross sell*; e
 (iii) Pela expansão no número de clientes.

• Custo das vendas e dos serviços prestados

O custo das vendas e dos serviços prestados da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 345.251 mil, representando um aumento de R\$ 57.132 mil, ou 19,8%, comparado a R\$ 288.119 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

O custo das vendas e dos serviços prestados é 95,2% composto por custo de pessoal, que teve um aumento de R\$ 58.657 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 devido ao aumento no quadro de funcionários, somado aos efeitos do reajuste sindical aprovado no ano (aproximadamente 4,0%).

• Lucro Bruto

O lucro bruto da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 168.461 mil, representando um aumento de R\$ 38.466 mil, ou 29,6%, comparado a R\$ 129.995 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

O aumento do lucro bruto se deve principalmente ao aumento de eficiência na atuação dos projetos atrelada ao avanço contínuo na qualidade de entrega dos seus serviços, a melhora na sua eficiência operacional, fazendo uso de indicadores para acompanhar e ganhar mais produtividade, ao crescimento de um portfólio de soluções focado em transformação digital e a expansão na sua atuação em soluções Nextgen que são ofertas de alto valor agregado e maiores margens de lucro.

• Despesas administrativas

As despesas administrativas da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 98.048 mil, representando um aumento de R\$ 13.990 mil, ou 16,60%, comparado a R\$ 84.058 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. As despesas administrativas têm a seguinte composição:

(em milhares de reais, exceto %)	No exercício social encerrado em 31/12/2020	No exercício social encerrado em 31/12/2019	AH R\$	AH %
Com pessoal	(79.659)	(67.099)	(12.560)	18,72%
Serviços com terceiros	(6.651)	(4.829)	(1.822)	37,73%
Aluguéis e condomínios	(904)	(1.147)	243	-21,19%
Depreciação e amortização	(3.695)	(4.451)	756	-16,98%
Comunicações	(608)	(629)	21	-3,34%
Energia elétrica	(332)	(558)	226	-40,50%
Outras despesas administrativas	(6.199)	(5.345)	(854)	15,98%
Despesas administrativas	(98.048)	(84.058)	(13.990)	16,64%

O principal fator que contribuiu para esta elevação foram as despesas com pessoal, que apresentaram um aumento de 18,70% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 quando comparado ao mesmo período do exercício anterior devido aos seguintes fatores: reajuste sindical

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

decorrente dos acordos coletivos de aproximadamente 4,00%; investimento na contratação de executivos de mercado; e pelo aumento no número de funcionários da Companhia em decorrência da expansão da operação.

Quando analisamos a relação das despesas administrativas com a receita líquida apurada, a Companhia apresenta uma redução de 1 p.p. (20,10% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e 19,10% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020). Esta redução das despesas administrativas ocorreu devido ao ganho de eficiência nas despesas administrativas frente ao crescimento da operação, focado em digitalização dos processos internos e aplicação do *mindset lean* baseado na eficiência na resolução de problemas, desenvolvimento de pessoas e geração de valor.

• Despesas tributárias

As despesas tributárias da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 545 mil, representando uma redução de R\$ 1.606 mil, ou 74,70%, comparado a R\$ 2.151 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. A redução refere-se ao registro e pagamento de processo tributário de ISS no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 1.500 mil.

• Outras (despesa) receitas operacionais, líquidas

As outras (despesas) receitas operacionais, líquidas da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram de uma despesa de R\$ 1.100 mil, representando um aumento de R\$ 1.912 mil, ou 235,50%, comparado a uma receita de R\$ 812 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa variação deve-se principalmente a despesa referente à baixa dos ativos imobilizados no montante de R\$ 2.967 mil ocorrida no ano de 2020, em decorrência da redução dos escritórios após a adoção do trabalho remoto na Companhia. Essa despesa foi parcialmente compensada pelo aumento do bônus de fidelização referente aos benefícios de alimentação dos empregados em R\$ 240 mil, devido ao aumento no quadro de funcionários, somado a outras variações pulverizadas.

• Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos

Devido aos motivos descritos acima, o resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 68.768 mil, representando um aumento de R\$ 24.170 mil, ou 54,20%, comparado a R\$ 44.598 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

• Receitas financeiras

A receita financeira da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 3.057 mil, representando uma redução de R\$ 389 mil, ou 11,30%, comparado a R\$ 3.446 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa redução deve-se a receita de aplicações financeiras que apresentou uma queda de R\$ 521 mil quando comparado com o mesmo período do ano anterior principalmente pela queda na CDI acumulado no período analisado (2,75% e 5,96% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente).

• Despesas financeiras

A despesa financeira da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 5.530 mil, representando um aumento de R\$ 2.041 mil, ou 58,50%, comparado a R\$ 3.489 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento deveu-se basicamente ao aumento nos juros de empréstimos em R\$ 761 mil devido a 1ª emissão de debêntures realizada pela Companhia em março de 2020 no montante de R\$ 60.000 mil; e pelo aumento de outras despesas financeiras no montante de R\$ 1.298 mil, sendo R\$ 464 mil referente a atualização monetária referente a saldo a pagar de dividendos atualizados desde a destinação do lucro a data do pagamento.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

• Lucro antes dos tributos

Devido aos motivos descritos acima, o lucro antes dos tributos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 66.295 mil, representando um aumento de R\$ 21.740 mil, ou 48,8%, comparado a R\$ 44.555 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

• Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 21.726 mil, representando um aumento de R\$ 7.015 mil, ou 47,70%, comparado a R\$ 14.711 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento deve-se principalmente pela variação positiva de R\$ 21.740 mil do lucro antes dos tributos, pelos motivos comentados acima.

• Lucro líquido do exercício

Devido aos motivos descritos acima, o lucro líquido da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 44.569 mil, representando um aumento de R\$ 14.725 mil, ou 49,30%, comparado a R\$ 29.844 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (em milhares de reais, exceto %)

Ativo	Em 31/12/2020	AV %	AH%	Em 31/12/2019	AV %
Caixa e equivalentes de caixa	134.715	48,82%	83,60%	73.376	35,14%
Contas a receber	81.225	29,43%	5,92%	76.683	36,72%
Estoques de serviços em andamento	689	0,25%	-75,10%	2.767	1,33%
Despesas antecipadas	7.076	2,56%	22,85%	5.760	2,76%
Tributos a recuperar	7.770	2,82%	40,84%	5.517	2,64%
Contas a receber de partes relacionadas	71	0,03%	-10,13%	79	0,04%
Outros ativos	1.818	0,66%	26,07%	1.442	0,69%
Total do ativo circulante	233.364	84,57%	40,90%	165.624	79,31%
Estoques de serviços em andamento	43	0,02%	-94,09%	728	0,35%
Depósitos judiciais e caução	4.495	1,63%	-3,13%	4.640	2,22%
Depósitos vinculados – caixa restrito	1.524	0,55%	-69,09%	4.931	2,36%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.395	1,59%	93,78%	2.268	1,09%
Ativos financeiros	10.143	3,68%	31,47%	7.715	3,69%
Despesas antecipadas	-		-100,00%	138	0,07%
Imobilizado	10.734	3,89%	-6,13%	11.435	5,48%
Intangível	9.556	3,46%	39,40%	6.855	3,28%
Direito de uso	1.694	0,61%	-62,30%	4.493	2,15%
Total do ativo não circulante	42.584	15,43%	-1,43%	43.203	20,69%
Total do ativo	275.948	100,00%	32,14%	208.827	100,00%

Passivo	Em 31/12/2020	AV %	AH%	Em 31/12/2019	AV %
Fornecedores	9.348	3,39%	-23,33%	12.193	5,84%
Empréstimos e financiamentos	13.207	4,79%	46,81%	8.996	4,31%
Financiamentos por arrendamento	2.556	0,93%	35,89%	1.881	0,90%
Passivos de arrendamento	785	0,28%	-54,12%	1.711	0,82%
Debêntures	11.095	4,02%	-	-	-
Salários e encargos sociais	11.801	4,28%	41,03%	8.368	4,01%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Impostos e contribuições a recolher	10.004	3,63%	27,37%	7.854	3,76%
Provisão para férias e 13º salário	26.562	9,63%	26,41%	21.013	10,06%
Dividendos a pagar	10.230	3,71%	48,69%	6.880	3,29%
Receitas diferidas	16.307	5,91%	19,29%	13.670	6,55%
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	-100,00%	4.676	2,24%
Outros passivos	1.611	0,58%	42,06%	1.134	0,54%
Total do passivo circulante	113.506	41,13%	28,44%	88.376	42,32%
Provisão para perda de causas judiciais	6.435	2,33%	168,68%	2.395	1,15%
Empréstimos e financiamentos	-	-	-100,00%	1.428	0,68%
Financiamentos por arrendamento	1.783	0,65%	-18,21%	2.180	1,04%
Passivos de arrendamento	1.038	0,38%	-66,73%	3.120	1,49%
Debêntures	47.354	17,16%	-	-	-
Receitas diferidas	800	0,29%	-33,33%	1.200	0,57%
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	-100,00%	3.210	1,54%
Outros passivos	301	0,11%	-	-	-
Total do passivo não circulante	57.711	20,91%	326,45%	13.533	6,48%
<i>Patrimônio líquido</i>					
Capital social	56.106	20,33%	2,29%	54.849	26,27%
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-100,00%	1.066	0,51%
Ações em Tesouraria	-	-	-100,00%	(162)	-0,08%
Reserva de capital	77	0,03%	-58,38%	185	0,09%
Reserva de lucros	26.748	9,69%	10,65%	24.174	11,58%
Dividendo adicional proposto	10.043	3,64%	-51,35%	20.642	9,88%
Ajustes acumulados de conversão	9.884	3,58%	95,10%	5.066	2,43%
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	102.858	37,27%	-2,80%	105.820	50,67%
Participação acionistas não controladores	1.873	0,68%	70,58%	1.098	0,53%
Total do patrimônio líquido	104.731	37,95%	-2,05%	106.918	51,20%
Total do passivo e do patrimônio líquido	275.948	100,00%	32,14%	208.827	100,00%

Ativo Circulante: O ativo circulante totalizou R\$ 233.364 mil em 31 de dezembro de 2020, mostrando um aumento de 40,90% em relação aos R\$ 165.624 mil em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento deveu-se, basicamente ao caixa e equivalentes de caixa devido a 1ª emissão de debêntures realizada pela Companhia em março de 2020 no montante de R\$ 60.000 mil para realização de novos investimentos.

Ativo Não Circulante: O ativo não circulante totalizou R\$ 42.584 mil em 31 de dezembro de 2020, mostrando uma redução de 1,40% em relação aos R\$ 43.203 mil em 31 de dezembro de 2019 devido, principalmente, ao resgate parcial do saldo da conta de “depósitos vinculados – caixa restrito” (vinculados a dívidas da Companhia) em R\$ 3.407 mil e ao ajuste do saldo da conta do ativo de direito de uso em R\$ 2.799 mil em decorrência da devolução dos escritórios após a adoção do trabalho remoto na Companhia, compensado parcialmente pelo aumento da conta de ativos financeiros devido à realização de novos investimentos em R\$ 2.428 mil e pelo aumento dos impostos diferidos ativos em R\$ 2.127 mil.

Passivo Circulante: O passivo circulante em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 113.506 mil, aumento de 28,40% em relação ao valor de R\$ 88.376 mil em 31 de dezembro de 2019. Este aumento refere-se à:

(i) Debêntures: Parcela das debêntures em aberto classificadas no curto prazo devido a 1ª emissão realizada em maio de 2020;

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(ii) Empréstimos e financiamentos: Aumento de R\$ 4.211 mil quando comparado 31 de dezembro de 2020 com 31 de dezembro de 2019 devido principalmente a captação do novo empréstimo da Caixa Econômica federal para fins de capital de giro; e

(iii) Provisão para férias e 13º salário: Aumento de R\$ 5.549 mil quando comparado 31 de dezembro de 2020 com 31 de dezembro de 2019 devido ao aumento de funcionários na Companhia impactando diretamente as provisões.

Passivo Não Circulante: O passivo não circulante em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 57.711 mil, aumento de 326,4% em relação ao valor de R\$ 13.533 mil em 31 de dezembro 2019. Este aumento foi basicamente decorrente da 1ª emissão de debêntures realizada pela Companhia em maio de 2020.

Patrimônio líquido: O patrimônio líquido totalizou R\$ 104.731 mil em 31 de dezembro de 2020 (R\$106.918 mil em 31 de dezembro de 2019), tendo uma redução de 2,00%. Essa redução foi decorrente, principalmente, de dividendos distribuídos de R\$41.702 mil e dividendos mínimos obrigatórios de R\$10.230 mil, que foram compensados parcialmente pelo lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 de R\$44.569 mil.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

*Demonstrações dos resultados
(em milhares de reais, exceto %)*

DRE	Exercício social encerrado em 31/12/2019			Exercício social encerrado em 31/12/2018	
		AV %	AH %	AV %	AH %
Receita, líquida de vendas e serviços prestados	418.114	100,00%	16,88%	357.715	100,00%
Custo das vendas e dos serviços prestados	(288.119)	-68,91%	10,00%	(261.936)	-73,22%
Lucro bruto	129.995	31,09%	35,72%	95.779	26,78%
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas administrativas	(84.058)	-20,10%	41,34%	(59.471)	-16,63%
Despesas tributárias	(2.151)	-0,51%	29,34%	(1.663)	-0,46%
Outras (despesas) receitas operacionais	812	0,19%	226,10%	249	0,07%
	(85.397)	-20,42%	40,26%	(60.885)	-17,02%
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	44.598	10,67%	27,81%	34.894	9,75%
Receitas financeiras	3.446	0,82%	19,20%	2.891	0,81%
Despesas financeiras	(3.489)	-0,83%	59,6870%	(2.185)	-0,61%
	(43)	0,01%	-106,09%	706	0,20%
Lucro antes dos tributos	44.555	10,66%	25,15%	35.600	9,95%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(14.812)	-3,54%	59,58%	(9.282)	-2,59%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	101	0,02%	-104,41%	(2.290)	-0,64%
Lucro líquido do exercício	29.844	7,14%	24,21%	24.028	6,72%
Acionistas controladores	28.971		23,76%	23.409	
Acionistas não controladores	873		41,03%	619	

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

• Receita líquida de vendas e serviços prestados

A receita, líquida da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 418.114 mil, representando um aumento de R\$ 60.399 mil, ou 16,90%, comparado a R\$ 357.715 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Os diretores da Companhia entendem que o aumento é explicado principalmente pelo aquecimento do mercado e consequente aumento no volume de demandas para área de tecnologia da informação, mantendo o crescimento contínuo em Multidisciplinary Squads, que em representa 97,20% da sua receita total, de 14,40% e pela expansão no número de clientes.

• Custos das vendas e dos serviços prestados

O custo das vendas e dos serviços prestados da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 288.119 mil, representando um aumento de R\$ 26.183 mil, ou 10,00%, comparado a R\$ 261.936 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

O custo das vendas e dos serviços prestados é 93,70% composto por custo de pessoal, que foi responsável pelo aumento de R\$ 27.643 mil devido basicamente ao aumento no quadro de funcionários, somado aos efeitos do reajuste sindical aprovado no ano (aproximadamente 3,40%).

• Lucro Bruto

O lucro bruto da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 129.995 mil, representando um aumento de R\$ 34.216 mil, ou 35,70%, comparado a R\$ 95.779 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

O aumento do lucro bruto se deve principalmente a: aumento de eficiência na atuação dos projetos atrelada ao avanço contínuo na qualidade de entrega dos seus serviços, pela melhora na sua eficiência operacional, fazendo uso de indicadores para acompanhamento e ganho de produtividade e pelos reajustes dos contratos pelos níveis de inflação ou superiores e a venda de serviços com maiores margens que as praticadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

• Despesas administrativas

A despesa administrativa da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$84.058 mil, representando um aumento de R\$ 24.587 mil, ou 41,30%, comparado a R\$ 59.471 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. As despesas administrativas têm a seguinte composição:

(em milhares de R\$, exceto percentuais)	31/12/2019	31/12/2018	AH R\$	AH %
Com pessoal	(67.099)	(42.222)	(24.877)	58,92%
Serviços com terceiros	(4.829)	(5.972)	1.143	-19,14%
Alugueis e condomínios	(1.147)	(3.357)	2.210	-65,83%
Depreciação e amortização	(4.451)	(3.508)	(943)	26,88%
Comunicações	(629)	(449)	(180)	40,09%
Energia elétrica	(558)	(607)	49	-8,07%
Outras despesas administrativas	(5.345)	(3.356)	(1.989)	59,27%
Despesas administrativas	(84.058)	(59.471)	(24.587)	41,34%

O principal fator que contribuiu para esta elevação foram as despesas com pessoal, que apresentaram um aumento de R\$ 24.877 mil ou 58,90% devido ao reajuste sindical decorrente dos acordos coletivos de aproximadamente 3,40%, e ao investimento na contratação de executivos de mercado e pelo aumento no número de funcionários da Companhia em decorrência da expansão da operação.

• Despesas tributárias

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A despesa tributária da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 2.151 mil, representando um aumento de R\$ 488 mil, ou 29,30%, comparado a R\$ 1.663 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. O aumento refere-se ao registro e pagamento de processo tributário de ISS no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$1.500 mil, compensado parcialmente pela redução de outras rubricas.

• Outras (despesas) receitas operacionais

As outras receitas operacionais da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 812 mil, representando um aumento de R\$563 mil, ou 226,10%, comparado a R\$ 249 mil (receita) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação deve-se ao aumento de do bônus de fidelização referente aos benefícios de alimentação dos empregados em R\$ 700 mil, devido ao aumento no quadro de funcionários, somado a outras variações pulverizadas.

• Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos

Devido aos motivos descritos acima, o resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 44.598 mil, representando um aumento de R\$ 9.704 mil, ou 27,80%, comparado a R\$ 34.894 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

• Receitas financeiras

A receita financeira da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$3.446 mil, representando um aumento de R\$ 555 mil, ou 19,20%, comparado a R\$2.891 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento deve-se a receita de aplicações financeiras que apresentou uma variação positiva de R\$ 769 mil quando comparado com o exercício anterior.

• Despesas financeiras

A despesa financeira da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 3.489 mil, representando um aumento de R\$ 1.304 mil, ou 59,70%, comparado a R\$ 2.185 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento deveu-se basicamente aos juros no montante de R\$ 1.245 mil do empréstimo captado em 2019 no Banco Itaú para fins de capital de giro, no valor total de R\$ 15.000 mil..

• Lucro antes dos tributos

Devido aos motivos descritos acima, o lucro antes dos tributos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 44.555 mil, representando um aumento de R\$ 8.955 mil, ou 25,20%, comparado a R\$ 35.600 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

• Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 14.711 mil, representando um aumento de R\$ 3.139 mil, ou 27,10%, comparado a R\$ 11.572 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento deve-se principalmente pela variação positiva de R\$ 8.955 mil do lucro antes dos tributos, pelos motivos comentados acima.

• Lucro líquido do exercício

Devido aos motivos descritos acima, o lucro líquido da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 29.844 mil, representando um aumento de R\$ 5.816 mil, ou 24,20%, comparado a R\$ 24.028 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 (em milhares de reais, exceto %)

Ativo	Em 31/12/2019	AV %	AH%	Em 31/12/2018	AV %
Caixa e equivalentes de caixa	73.376	35,14%	7,62%	68.183	36,75%
Contas a receber	76.683	36,72%	3,11%	74.372	40,09%
Estoques de serviços em andamento	2.767	1,33%	8,47%	2.551	1,38%
Despesas antecipadas	5.760	2,76%	57,59%	3.655	1,97%
Impostos a recuperar	5.517	2,64%	27,09%	4.341	2,34%
Contas a receber de partes relacionadas	79	0,04%	-85,64%	550	0,30%
Outros ativos	1.442	0,69%	-69,22%	4.685	2,53%
Total do ativo circulante	165.624	79,31%	4,60%	158.337	85,34%
Estoques de serviços em andamento	728	0,35%	-47,25%	1.380	0,74%
Depósitos judiciais e caução	4.640	2,22%	8,13%	4.291	2,31%
Depósitos vinculados – caixa restrito	4.931	2,36%	5,00%	4.696	2,53%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.268	1,09%	4,66%	2.167	1,17%
Ativos financeiros	7.715	3,69%	N.M.	266	0,14%
Despesas antecipadas	138	0,07%	0,00%	-	-
Investimento	-	-	-100,00%	400	0,22%
Imobilizado	11.435	5,48%	47,04%	7.777	4,19%
Intangível	6.855	3,28%	10,35%	6.212	3,35%
Direito de uso	4.493	2,15%	0,00%	-	-
Total do ativo não circulante	43.203	20,69%	58,90%	27.189	14,66%
Total do ativo	208.827	100,00%	12,56%	185.526	100,0%
Passivo	Em 31/12/2019	AV %	AH%	Em 31/12/2018	AV %
Fornecedores	12.193	5,84%	7,25%	11.369	6,13%
Empréstimos e financiamentos	8.996	4,31%	34,81%	6.673	3,60%
Financiamentos por arrendamento	1.881	0,90%	127,72%	826	0,45%
Passivos de arrendamento	1.711	0,82%	0,00%	-	-
Salários e encargos sociais	8.368	4,01%	16,01%	7.213	3,89%
Impostos e contribuições a recolher	7.854	3,76%	35,04%	5.816	3,13%
Provisão para férias e 13º salário	21.013	10,06%	18,38%	17.751	9,57%
Dividendos a pagar	6.880	3,29%	23,76%	5.559	3,00%
Receitas diferidas	13.670	6,55%	20,28%	11.365	6,13%
Empréstimos com partes relacionadas	4.676	2,24%	-22,17%	6.008	3,24%
Outros passivos	1.134	0,54%	5,98%	1.070	0,58%
Total do passivo circulante	88.376	42,32%	19,99%	73.650	39,70%
Provisão para perda de causas judiciais	2.395	1,15%	56,54%	1.530	0,82%
Empréstimos e financiamentos	1.428	0,68%	-84,51%	9.217	4,97%
Financiamentos por arrendamento	2.180	1,04%	80,31%	1.209	0,65%
Passivos de arrendamento	3.120	1,49%	0,00%	-	-
Receitas diferidas	1.200	0,57%	-25,00%	1.600	0,86%
Empréstimos com partes relacionadas	3.210	1,54%	-60,00%	8.024	4,33%
Total do passivo não circulante	13.533	6,48%	-37,29%	21.580	11,63%
<i>Patrimônio líquido</i>					
Capital social	54.849	26,27%	0,00%	54.849	29,56%
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.066	0,51%	214,45%	339	0,18%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Ações em Tesouraria	(162)	-0,08%	-81,14%	(859)	-0,46%
Reserva de capital	185	0,09%	-74,13%	715	0,39%
Reserva de lucros	24.174	11,58%	-6,03%	25.725	13,87%
Dividendo adicional proposto	20.642	9,88%	364,07%	4.448	2,40%
Ajustes acumulados de conversão	5.066	2,43%	13,36%	4.469	2,41%
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	105.820	50,67%	17,99%	89.686	48,34%
Participação acionistas não controladores	1.098	0,53%	80,00%	610	0,33%
Total do patrimônio líquido	106.918	51,20%	18,41%	90.296	48,67%
Total do passivo e do patrimônio líquido	208.827	100,00%	12,56%	185.526	100,00%

Ativo Circulante: O ativo circulante totalizou R\$ 165.624 mil em 31 de dezembro de 2019, mostrando um aumento de 4,60% em relação aos R\$ 158.337 mil em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento deve-se, basicamente ao caixa e equivalentes de caixa em decorrência do aumento no montante de R\$ 5.193 mil.

Ativo Não Circulante: O ativo não circulante totalizou R\$ 43.203 mil em 31 de dezembro de 2019, mostrando um aumento de 58,90% em relação aos R\$ 27.189 mil em 31 de dezembro de 2018 principalmente devido principalmente ao investimento em ativos financeiros em R\$ 7.449 mil e aumento na conta de ativo imobilizado devido as adições ocorridas no ano em R\$ 3.658 mil.

Passivo Circulante: O passivo circulante em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 88.376 mil, aumento de 20,00% em relação ao valor de R\$ 73.650 mil em 31 de dezembro de 2018. Este aumento refere-se à:

(i) Empréstimos e financiamentos: Aumento de R\$ 2.323 mil quando comparado 31 de dezembro de 2019 com 31 de dezembro de 2018 devido a atualização de juros e encargos;

(ii) Receitas diferidas: Aumento de R\$ 2.305 mil quando comparado 31 de dezembro de 2019 com 31 de dezembro de 2018 referente ao maior volume de valores já faturados, cujos serviços não foram prestados. À medida que os serviços são entregues, a Companhia reconhece esses valores como receita no resultado, diminuindo, consequentemente, os valores registrados nesta rubrica; e

(iii) Provisão para férias e 13º salário: Aumento de R\$ 3.262 mil quando comparado 31 de dezembro de 2019 com 31 de dezembro de 2018 devido ao aumento de funcionários na Companhia impactando diretamente as provisões.

Passivo Não Circulante: O passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 13.533 mil, queda de 37,30% em relação ao valor de R\$ 21.580 mil em 31 de dezembro de 2018. Esta queda foi basicamente decorrente da amortização parcial do empréstimo do Banco Itaú de capital de giro, em R\$ 7.789 mil.

Patrimônio líquido: O patrimônio líquido totalizou R\$ 106.918 mil em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 90.296 mil em 31 de dezembro de 2018), aumentando em 18,40%. Esse aumento de R\$16.622 mil é decorrente, principalmente, do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 29.844 mil, que foi compensado parcialmente pela distribuição de dividendos de R\$7.833 mil e dividendos mínimos obrigatórios de R\$6.880 mil.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida de vendas e serviços da Companhia é composta pela prestação de serviços de suporte ao cliente na adaptação de seus processos para meio digital (transformação digital). As receitas podem advir de projetos de curto ou longo prazo provenientes de cobrança de homem-hora (*time-sheet*), com ou sem valor limite de cobrança para o projeto (*price cap*).

A tabela abaixo apresenta a receita líquida de vendas e serviços da Companhia para os três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 referentes ao único segmento operacional da Companhia:

Em milhares de R\$	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Receita líquida de vendas e serviços	625.547	513.712	418.114

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A economia brasileira vem registrando recuperação significativa desde o terceiro trimestre do ano passado e a piora das condições sanitárias no final de 2020 devido a pandemia mundial causada pelo coronavírus, e a consequente adoção de novas medidas restritivas em março e abril deste ano, impactaram negativamente a atividade econômica. O ano de 2021 foi marcado pelo início da vacinação no Brasil e uma gradual melhora da expectativa do mercado sobre o ambiente econômico diante do ambiente externo favorável e da redução das incertezas fiscais no curto prazo, resultado em um crescimento mais sustentado da atividade econômica.

O ano de 2020 foi marcado pelo início da pandemia causada pelo coronavírus, e as restrições adotadas para evitar a sobrecarga dos sistemas de saúde fez os principais setores da economia entrarem em colapso. Após um primeiro semestre com forte recuo da economia devido aos efeitos da pandemia, a atividade econômica voltou a apresentar um ritmo consistente de recuperação ao longo do segundo semestre de 2020. O bom resultado do PIB no segundo semestre se dá pela melhora da indústria e comércio, que retomaram o patamar anterior à pandemia, pavimentando o caminho para que a economia brasileira continuasse avançando em 2021.

O ano de 2019 foi marcado com uma pequena melhora do ambiente econômico, com a recuperação do PIB e com a inflação abaixo do centro da meta, seguindo uma tendência de queda de juros e após quatro quedas consecutivas de meio ponto porcentual, a Selic encerrou o ano em uma mínima histórica, de 4,5% ao ano.

A recente instabilidade política e econômica tem levado a uma percepção negativa da economia brasileira e a maior volatilidade nos mercados brasileiros. Uma eventual deterioração no índice de crescimento econômico do Brasil, alterações nas taxas de juros, índice de desemprego ou níveis de preços geralmente limita a disponibilidade de crédito, renda e poder de compra, o que pode ter um impacto adverso na Companhia, apesar do crescente resultado dos seus negócios.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Apesar da renovação da maioria dos contratos de prestação de serviço de software serem influenciados pelos índices de inflação, não é possível estimar a variação da receita vinculada a este

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

único fator pois as atividades da Companhia são precificadas individualmente em cada negociação comercial e varia a depender do tipo de serviço prestado.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

A Companhia pode ter seu resultado operacional impactado pela taxa de inflação, uma vez que a maior parte de seus custos e despesas (pessoal, encargos e benefícios) são reajustados anualmente com base no dissídio coletivo das categorias de profissionais contratados, e as negociações sindicais costumam tomar por base indicadores de inflação do ano anterior.

As variações dos índices de inflação impactam fortemente os custos e despesas da Companhia, já que o IGP- M e o IPC-A são utilizados como referencial para reajuste dos serviços contratados pela mesma e também para cálculo do dissídio dos profissionais, sendo este último responsável pelo aumento do principal item de custo da Companhia.

Adicionalmente, o resultado financeiro da Companhia é impactado, basicamente, por variações no CDI, em função dos empréstimos contratados junto aos bancos.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia não introduziu ou alienou qualquer segmento operacional nas atividades da Companhia nos últimos 3 exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Workfacilit Soluções Digitais Ltda. (“Workfacilit”) foi constituída em 3 de dezembro de 2019 para comercialização do software Atend, Plataforma de inovação no-code para gerenciamento e digitalização de processos para canais de atendimento e controle corporativo. A integralização do capital social, no montante de R\$ 255 mil foi realizada em 24 de janeiro de 2020 e representa 51% de participação na empresa

A Inspeon Soluções Digitais Ltda. (“Inspeon”) foi constituída em 10 de dezembro de 2019, com o objetivo de prestar serviços via internet, através da sua plataforma de software multimercado e multiramo para gerenciamento da prestação de serviço de inspeção, auditoria, regulação de sinistros, supervisão de times em campo e relacionamento com cliente. A Companhia possui 60% de participação na Inspeon, e seu capital será integralizado em até 24 meses, no montante total de R\$ 300 mil.

Em maio de 2021 a BRQ IT adquiriu 20% da participação da ThinkInternational pelo valor de R\$ 5.080 mil (USD 1.016 mil), tendo feito um desembolso de R\$ 3.685 mil (USD 737 mil). Em 30 de junho de 2020, o saldo remanescente a pagar era de R\$ 1.395 mil (USD 279 mil).

Em 18 de agosto de 2021, a Companhia concluiu a aquisição de quotas representativas de 100% do capital social da BMSIX é limitado a R\$ 18.187 mil, e é composto pelas seguintes parcelas: (i) Uma parcela fixa de R\$3.987 mil já paga na data de fechamento da transação; e (ii) Três parcelas contingentes anuais, sendo 2 (duas) parcelas em valor fixo (R\$ 350 mil cada) e 1 (uma) parcela em valor variável, mas cuja soma está limitada a R\$ 14.200 mil, sendo o pagamento condicionado ao atingimento, pela BMSIX, de metas atreladas a performance dos seus negócios no período de 36 meses a contar do primeiro dia do mês consecutivo à data do fechamento, bem como ao cumprimento de determinadas obrigações pelos vendedores.

Em 3 de setembro de 2021, a Companhia concluiu a aquisição de quotas representativas de 100% do capital social da Livetouch. O preço de aquisição a ser pago pela Companhia aos sócios da Livetouch é limitado a R\$ 5.000 mil, e é composto pelas seguintes parcelas: (i) Uma parcela fixa de R\$ 1.800 mil paga na data de fechamento da transação; e (ii) Duas parcelas contingentes anuais, sendo 1 (uma) parcela em valor fixo, R\$ 500 mil, e 1 (uma) parcela em valor variável, mas cuja soma está limitada a R\$ 3.200 mil, sendo o pagamento condicionado ao atingimento de metas atreladas à performance da Livetouch no período de 24 meses a contar do primeiro dia do mês consecutivo à data do fechamento e ao cumprimento de determinadas obrigações pelos vendedores.

c. Eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais nos últimos 3 exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e suas respectivas notas explicativas elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB.

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Na preparação dessas informações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos a seguir, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) é equivalente à norma internacional IFRS 16 - Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1)), equivalente à norma internacional (IAS 17). A nova norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários -arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil

A Companhia efetuou a revisão dos seus contratos de arrendamento e, em 1º de janeiro de 2019, a Companhia registrou um passivo de arrendamento em contrapartida ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2019 o montante é de R\$ 4.831 mil.

CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos financeiros - IFRS 9 Instrumentos Financeiros

Reconhecimento e mensuração - A Companhia avaliou os seus modelos de negócio quando da adoção inicial da IFRS 9, em 1º. de janeiro, e não identificou nenhum impacto significante que pudesse afetar suas demonstrações financeiras, pela adoção.

Redução ao valor recuperável - Para o contas a receber, dado a natureza de curto prazo dos recebíveis da Companhia e da sua política de concessão e gerenciamento de risco e de crédito utilizados, a Companhia não identificou nenhum impacto relevante que pudesse afetar suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pela adoção.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

O relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda., não contém ressalvas e nem ênfases.

O relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 2019, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., não contém ressalvas e nem ênfases.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. A seguir elencamos as principais políticas contábeis consideradas críticas:

Provisão esperada de crédito

As exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, são provisionadas como resultado de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

A Companhia aplica esta metodologia aos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais).

Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto deferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

Valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ágio

A Companhia avalia a recuperação do valor contábil do ágio registrado utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa. A unidade geradora de caixa avaliada foi a controlada ThinkInternational.

As premissas sobre projeções de crescimento do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado anualmente pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração em relação às condições econômicas que existirão durante a vida econômica destes ativos para a unidade geradora de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de três anos e, a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

As premissas-chave são baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia

Provisão para perdas com causas judiciais

A Companhia constitui provisão para processos judiciais e outros com base na avaliação da probabilidade de perda. As estimativas e premissas utilizadas no registro de provisões para processos judiciais e outros da Companhia são revisadas, no mínimo, anualmente.

Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece uma parcela da receita com a prestação de serviços de desenvolvimento de aplicações e integrações com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão é avaliado com base no método de proporção entre os custos incorridos até a data e os custos totais estimados da transação. Dito isto, caso os projetos não sejam bem planejados, ou sofram modificações de escopo ou de cronograma durante sua execução, ou ainda, caso o contratante não homologue os trabalhos desenvolvidos, as receitas eventualmente já reconhecidas podem acabar sendo estornadas, ou a Companhia pode ter que reconhecer perdas para refletir sua menor expectativa de faturamento.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Companhia não detém arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, além daqueles constantes no balanço patrimonial para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

A Companhia não detém carteiras de recebíveis baixados, além daqueles constantes no balanço patrimonial para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia não detém contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, além daqueles constantes no balanço patrimonial para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

iv. contratos de construção não terminada

A Companhia não detém contratos de construção não terminada, além daqueles constantes no balanço patrimonial para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não detém contratos de recebimentos futuros de financiamento, além daqueles constantes no balanço patrimonial para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens detidos pela Companhia que não sejam evidenciados nas demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

O item 10.7 não é aplicável a Companhia, devido à inexistência de itens não evidenciados nas demonstrações financeiras, conforme descrito no item 10.6.

10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Tendo em vista o crescimento da Companhia e as projeções realizadas para os negócios até 2022, a Companhia fará investimentos em projetos de aquisição de empresas e/ou contratos e reposição de ativos da área de tecnologia da informação. Para tanto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi alocado o montante de R\$ 37.538 mil para a reserva de retenção de lucros.

A Companhia pretende continuar crescendo nos próximos anos organicamente e através de aquisições de outras empresas. Para fazer frente ao crescimento esperado, a Companhia continuará investindo principalmente em sistemas de controle e gestão e na prospecção de empresas a serem adquiridas. Não podemos prever, quais serão os valores nem as condições de pagamento das futuras aquisições, nem qual será o impacto de tais aquisições em suas demonstrações financeiras.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Para investir nas estratégias mencionadas acima, pode utilizar diversas fontes de financiamento incluindo (i) a geração própria de recursos em decorrência do desenvolvimento das atividades operacionais; (ii) a obtenção de recursos de terceiros, incluindo empréstimos e financiamentos e/ou emissão de debêntures; e (iii) a obtenção de recursos próprios por meio da emissão de novas ações, seja por meio de subscrições privadas ou de ofertas públicas de ações; e (iv) alienação das ações em tesouraria de emissão da Companhia. No caso da estratégia de crescimento por aquisições, poderemos recorrer também a financiamento dos sócios vendedores das empresas adquiridas (“*seller financing*”). A maior parte dos investimentos previstos para 2022 será financiada com capital de terceiros proveniente das debêntures emitidas em 2020. O saldo é composto da seguinte maneira:

	Taxa efetiva	31/12/2021	31/12/2020
Em milhares de reais			
Bradesco	6,40% a.a	48.889	60.055
(-) Custo de transação		(1.396)	(1.606)
		47.493	58.449
Circulante		14.634	11.095
Não circulante		32.859	47.354

Tais recursos podem ser complementados por linhas de financiamento específicas, que visam incentivar projetos relacionados à inovação tecnológica. Adicionalmente, a Companhia espera que, num futuro próximo, terá condições de obter novos recursos através da emissão de novas ações, seja por meio de subscrições privadas, seja através de ofertas públicas de ações.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não existem desinvestimentos em andamento ou previstos.

10.8 - Plano de Negócios

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

A Companhia não possui nenhum processo de aquisição de ativos em andamento. Estas podem ocorrer no curso normal dos negócios e para fazer frente ao crescimento esperado. Eventuais patentes poderão fazer parte de futuras aquisições da Companhia, mas não é possível seja previsto quais, quantas e qual valor serão adquiridas.

c. Novos produtos e serviços

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui pesquisas em andamento divulgadas.

ii montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento divulgados.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o investimento com o desenvolvimento de um novo software, no valor de R\$ 1.505 mil e R\$ 1.411 mil, respectivamente, concentrou-se em uma solução interna para controle dos projetos da Companhia. Todos os custos com pesquisa e desenvolvimento não elegíveis para capitalização foram reconhecidos como despesas administrativas no resultado.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados neste item 10.

Convém apontar que, desde o início do ano de 2020, a Companhia acompanhou a propagação do Novo Coronavírus (“Covid-19”) ao redor do mundo. A Companhia efetuou uma análise dos riscos e incertezas relacionados ao Covid-19 em suas operações e de suas controladas, e não identificou nenhum impacto relevante até o momento que requeresse ajuste sobre as demonstrações financeiras individuais intermediárias e consolidadas. A Companhia adotou o trabalho remoto (home office) para todos os colaboradores respeitando os decretos de quarentena de cada estado; como consequência reduzimos o tamanho dos escritórios; e reforçou a equipe de saúde corporativa. As ferramentas de TI da Companhia provaram-se eficazes e, juntamente com a disciplina de gestão, os colaboradores da Companhia continuam a trabalhar dentro do nível de produtividade usual.

A Companhia entende que está tomando todas as medidas adequadas para prevenir a disseminação do Covid-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período de pandemia. Embora as operações da Companhia não tenham sido afetadas de forma relevante até o momento e não tenha identificado nenhum evento que pudesse indicar indícios de *impairment* e/ou de não realização de seus ativos, a administração da Companhia não tem como estimar ou prever a ocorrência eventos futuros relacionados à pandemia do Covid-19 que possam trazer reflexos para a Companhia, mas continuará com o monitoramento e avaliação de ações a serem tomadas.

Em abril de 2020, a controlada ThinkInternational, LLC contraiu um empréstimo no valor de US\$ 779 mil, (R\$ 4.000 mil) no âmbito do programa “CARES (Coronavirus Aid, Relief, and Economic Security)”. O empréstimo destinava-se a suprir a perda de vendas e a capacidade de operar, juntamente com a correspondente incapacidade de pagar funcionários, aluguel e outros custos devido à pandemia. A controlada obteve o perdão da dívida em maio de 2021 devido ao cumprimento dos requisitos do programa de utilização do recurso para pagamento da folha de pagamento e outros gastos elegíveis.



Anexo II: FRE - Seção 13 - Remuneração dos Administradores

Índice

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	1
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	6
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	10
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	13
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	18
13.6 - Opções em Aberto	19
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	20
13.8 - Precificação Das Ações/opções	21
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	23
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	24
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	25
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	26
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	27
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	28
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	29
13.16 - Outras Informações Relevantes	30

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

- a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Remuneração da Companhia tem por objetivo estabelecer os critérios e procedimentos para definição da remuneração e dos benefícios concedidos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, aos Diretores Estatutários ou não Estatutários, e membros dos Comitês instituídos pela Companhia, definidos aqui em conjunto por “Executivos”. A Política possui como principais objetivos:

- ✓ Atrair, recompensar, reter e incentivar os Executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados;
- ✓ Alinhar os interesses dos Executivos com os interesses da Companhia e seus acionistas;
- ✓ Proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e
- ✓ Assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos Executivos.

A Política de Remuneração foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 13.05.2021 e pode ser consultada em sua íntegra através no seguinte endereço eletrônico: <https://www.brq.com/relacionamento-com-o-investidor/>.

b. Composição da remuneração, indicando:

- i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Diretoria:

Os Diretores Estatutários e não Estatutários da Companhia recebem uma remuneração fixa mensal, na forma de um salário ou pró-labore, conforme o cargo, definidos de acordo com as responsabilidades individuais de cada um, com o objetivo de reconhecer e refletir o valor do tempo e dedicação dos seus membros, baseado em parâmetros de mercado, visando remunerar a contribuição individual para o desempenho e o crescimento do seu negócio. Além disso, a remuneração fixa é orientada, dentre outros fatores, por pesquisas salariais.

Os diretores não estatutários da Companhia poderão receber, ainda, remuneração variável, seja a título de (i) Participação nos Lucros e Resultados (“PLR”) da Companhia, nos limites estabelecidos anualmente no acordo de PLR, observada a elegibilidade de tais diretores, e, desde que sejam atingidas as metas estabelecidas no acordo de PLR; e/ou (ii) bonificações vinculadas ao atingimento de metas individuais e corporativas, com objetivo de premiar o alcance das metas pré-estabelecidas pela Companhia, alinhada ao desempenho, sustentabilidade e à

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

estratégia de crescimento do seu negócio em cada exercício social. Os valores e as metas do acordo de PLR serão negociados nos acordos de PLR e serão determinados com base na meritocracia.

Os Diretores Estatutários e não Estatutários da Companhia poderão ser elegíveis aos seguintes benefícios, além dos benefícios previstos nas normas coletivas aplicáveis: (a) plano de saúde; (b) plano odontológico; (c) vale alimentação; (d) vale refeição; (e) seguro de vida; (f) previdência privada; e outros a serem aprovados pelo Conselho de Administração e/ou que venham a ser estabelecidos nas normas coletivas aplicáveis aos empregados da Companhia para os diretores empregados.

Três dos Diretores Estatutários da Companhia foram beneficiários do Primeiro Plano de Remuneração em Ações ("1º Plano"), tendo recebido outorgas quando não eram diretores estatutários. O plano foi criado com o objetivo de facilitar o alinhamento de interesses entre Executivos e acionistas no longo prazo.

Adicionalmente, a Administração submeteu à aprovação dos acionistas, em assembleia geral realizada em 18 de dezembro de 2020, o Segundo Plano de Remuneração em Ações ("2º Plano"), aditado pela Assembleia Geral realizada em 13 de agosto de 2021.

Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração recebem uma remuneração fixa mensal, na forma de pró-labore, definido de acordo com regras estratégicas e condições gerais previamente estabelecidas e fixadas pela Assembleia Geral e pela Administração da Companhia, com o objetivo de compensá-los pela sua participação nas reuniões do Conselho de Administração e outras atividades desenvolvidas no âmbito de suas atribuições.

Os Conselheiros Independentes da Companhia não serão elegíveis ao recebimento de PLR, uma vez que não são empregados da Companhia.

Conselho Fiscal:

A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado.

Membros de Comitê:

Os membros dos comitês que sejam funcionários da Companhia não receberão remuneração específica, entretanto, membros independentes poderão receber pró-labore para tanto, se assim deliberado pelo Conselho de Administração.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

As tabelas abaixo apresentam a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2010 e 2019.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Conselho de Administração	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Remuneração Fixa	100,00%	100,00%	100,00%
Remuneração Variável	0,00%	0,00%	0,00%
Benefícios	0,00%	0,00%	0,00%

Diretoria	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Remuneração Fixa	56,60%	66,29%	59,76%
Remuneração Variável	13,93%	18,16%	22,45%
Benefícios	29,47%	15,55%	17,78%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor e o reajuste da remuneração são propostos pela Administração e deliberados nas Assembleias, que têm como atribuição fixar o montante global da remuneração dos administradores. A proposta da Administração leva em consideração o valor da remuneração de praticados em companhias abertas brasileiras e a capacidade financeira da Companhia.

A Companhia, realiza periodicamente pesquisas de mercado, coordenada pela área de recursos humanos, comparando suas práticas às de outras empresas de referência no mercado do mesmo porte da Companhia.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração considera as responsabilidades de cada função e tem como parâmetro os resultados positivos da Companhia no respectivo ano de exercício, que busca o alinhamento de interesses entre acionistas e administradores.

v. e existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para este fato

Sim, com exceção dos Membros Independentes do Conselho, os demais membros do Conselho de Administração renunciaram à remuneração.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

Os principais indicadores dizem respeito a administração financeira (fluxo de caixa e EBITDA), que representam em média 60% das metas, além de indicadores de processos, satisfação de clientes e pessoas, que completam os demais 40%.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

A remuneração variável é uma composição do atingimento de metas da Companhia e o scorecard do executivo.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.

No curto prazo, a política de remuneração está alinhada aos interesses da Companhia, por ser fundamentada por critérios atrelados ao desempenho econômico-financeiro da Companhia previamente definidos. No médio e

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

longo prazo, a remuneração baseada em ações (plano de opções) possibilita aos elegíveis a formação de patrimônio por meio da valorização das ações entre a outorga e sua liberação para venda.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Não há existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não há existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

h. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

- i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam
- ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos
- iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A proposta de remuneração da Diretores estatutários e não Estatutários deve ser encaminhada através de seu Diretor Presidente, para aprovação do Conselho de Administração e deverá ser formulada de forma que:

- ✓ Esteja vinculada a resultados, com metas de curto e longo prazo relacionadas de forma clara e objetiva à geração de valor econômico para a organização;
- ✓ Evite a criação de desafios inatingíveis ou inconsistentes, que induzam a diretoria a expor a organização a riscos extremos ou desnecessários;
- ✓ Seja justa e compatível com as funções e os riscos inerentes a cada cargo e devidamente contabilizada;
- ✓ Não estimule ações que induzam os diretores executivos a adotar medidas de curto prazo sem sustentação ou que prejudiquem a organização no longo prazo;
- ✓ Tenha uma estrutura de incentivos que deve incluir um sistema de freios e contrapesos, que indique os limites de atuação dos envolvidos e evite que uma mesma pessoa controle o processo decisório e a sua respectiva fiscalização; e
- ✓ Evite o caráter imediatista das metas relacionadas à remuneração variável.

A definição da remuneração individual dos administradores da Companhia é realizada utilizando critérios uniformes e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das suas diferentes estruturas funcionais, assegurando a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Os critérios são fixados de acordo com o padrão de mercado das empresas de atuação no seu segmento e através da realização de pesquisas de mercado, coordenada pela área de recursos humanos, comparando suas práticas às de outras empresas de referência no mercado do mesmo porte da Companhia. Os valores de remuneração pagos aos seus diretores e conselheiros são reajustados por acordos coletivos e convenções coletivas de trabalho.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2022 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	6,00		13,00
Nº de membros remunerados	4,00	6,00		10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	75.995,20	5.802.105,68		5.878.100,88
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.435.809,00		1.435.809,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	75.995,20	7.237.914,68		8.149.857,07

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	6,00		13,00
Nº de membros remunerados	4,00	6,00		10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	689.862,00	4.349.905,88		5.039.767,88
Benefícios direto e indireto	0,00	1.070.205,65		1.070.205,65
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.264.617,93		2.264.617,93
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	689.862,00	7.222.053,24		7.911.915,24

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00		8,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00		4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	476.000,00	1.615.000,00		2.091.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	458.000,00		458.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	500.000,00		500.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	476.000,00	2.573.000,00		3.049.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00		8,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00		4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	357.825,02	1.545.291,35		1.903.116,37
Benefícios direto e indireto	0,00	456.500,14		456.500,14
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	495.000,00		495.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00

Observação	Para o exercício de 2019 não ocorreu o pagamento de remuneração variável.			
Total da remuneração	357.825,02	2.496.791,49		2.854.616,51

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração Variável - Data Base: 31 de Dezembro de 2019			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. número total de membros	6,00	2,00	0
c. número de membros remunerados	2,00	2,00	0
d. em relação ao bônus:			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-
e. em relação a participação no resultado:			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-

*Para o exercício de 2019 não ocorreu o pagamento de remuneração variável.

Remuneração Variável - Data Base: 31 de Dezembro de 2020			
f. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
g. número total de membros	6,00	2,00	0
h. número de membros remunerados	2,00	2,00	0
i. em relação ao bônus:			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-
j. em relação a participação no resultado:			

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	928.751,33	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-

Remuneração Variável - Data Base: 31 de Dezembro de 2021			
k. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
l. número total de membros	7,00	6,00	0
m. número de membros remunerados	4,00	6,00	0
n. em relação ao bônus:			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-
o. em relação a participação no resultado:	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	2.264.617,93	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-

Remuneração Variável - Data Base: 31 de Dezembro de 2022 (Proposta)			
p. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
q. número total de membros	7,00	6,00	0
r. número de membros remunerados	4,00	6,00	0
s. em relação ao bônus:			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-
t. em relação a participação no resultado:	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	75.995,20	1.435.809,00	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

A Companhia possui 2 (dois) planos de Outorga de Opção de Compra de Ações, sendo:

1º Plano aprovado em AGOE realizada em 02 de setembro de 2011, elegível única e exclusivamente aos diretores não estatutários da Companhia, o qual teve suas opções outorgadas e exercidas em sua totalidade, ressalvadas (i) 60.000 opções já outorgadas, mas ainda não exercidas, cujo vencimento está para Set/2022 (60.000) e (ii) 20.000 opções já vencidas em setembro de 2021 e não exercidas, razão pela qual não será detalhado nesta sessão do FRE.

2º Plano aprovado em AGE realizada em 18 de dezembro de 2020, neste novo modelo poderão ser beneficiários do Plano os diretores estatutários e não estatutários, e demais empregados da Companhia e subsidiárias, inclusive aqueles que já sejam eventualmente proprietários de ações da Companhia. Os sócios controladores e membros do Conselho de Administração não serão elegíveis ao Plano.

a. Termos e condições gerais

A Companhia, por meio do seu Conselho de Administração, indicará, em conformidade com o 2º Plano, aqueles dentre diretores estatutários ou não, e empregados da Companhia e subsidiárias que terão direito à outorga da opção (“Beneficiários”) e que serão devidamente convidados por escrito a participar do 2º Plano mediante a formalização de Contrato de Opção de Compra de Ações.

Competirá ainda ao Conselho de Administração definir quais colaboradores elegíveis tornar-se-ão Beneficiários e celebrarão os Contratos de Opção, assim como a quantidade de opções de compra de ações a que cada Beneficiário terá direito, observadas as limitações previstas neste Plano.

Os termos e as condições de cada Opção de Compra concedida de acordo com o 2º Plano serão fixados em Contrato de Opção de Compra de Ações definindo, entre outras condições, e observadas as disposições deste Plano:

- a. o número e a espécie de ações que serão entregues com o exercício da opção;
- b. a Outorga da opção, o prazo de vencimento da Opção de Compra e a data na qual o exercício da opção e todos os direitos dela decorrentes expirarão;
- c. o Preço da Outorga das Opções de Compra de Ações (Prêmio);
- d. o Preço de Exercício das Opções de Compra; e
- e. quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com o 2º Plano.

b. Principais objetivos do plano

O objetivo do 2º Plano consiste em estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e dos interesses de seus acionistas, especialmente no sentido de se atingir as condições para a

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

realização de uma oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia (“IPO”), permitindo a certos executivos e empregados optar por adquirir ações da Companhia, nos termos e condições previstos no Plano.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

Estimular os elegíveis a permanecerem na Companhia no futuro, permitindo participarem do ganho de capital decorrente da realização de um IPO e por consequência a valorização das ações no mercado.

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O 2º Plano tem como característica ser um instrumento incentivador do bom desempenho para aqueles considerados como profissionais chave para a gestão, sempre orientados para a geração de valor a longo prazo e comprometimento com as metas da Companhia.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O 2º Plano está alinhado aos interesses dos beneficiários à longo prazo porque o ganho de capital realizado pelos executivos será vinculado exclusivamente da valorização futura das ações acima da inflação.

f. Número máximo de ações abrangidas

As opções incluídas no 2º Plano terão como lastro, no máximo, 7.325.235 (sete milhões trezentos e vinte e cinco mil duzentos e trinta e cinco) Ações, correspondentes a até 5,50% do total das ações da Companhia na presente data, incluído as opções de compra das Ações Ordinárias existentes em tesouraria, com diluição proporcional dos atuais acionistas em caso de emissão. Uma vez exercida a Opção de Compra de Ações pelos Beneficiários, as ações ordinárias correspondentes serão objeto de emissão, por meio de aumento do capital da Companhia a ser deliberado pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, ou venda, caso sejam oferecidas opções de compra de ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, conforme condições estabelecidas neste Plano e nos respectivos Contratos de Opção de Compra de Ações.

As Ações a serem emitidas no âmbito do 2º Plano serão ações ordinárias.

Os acionistas, nos termos do que dispõe o artigo 171, § 3º, da Lei das S.A., não terão direito de preferência na outorga ou no exercício de opções de compra de ações originárias do Plano, respeitado o limite do capital autorizado aprovado pela Assembleia Geral da Companhia para este fim, nos termos do artigo 168, § 3º, da Lei das S.A.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Até no máximo 7.325.235 (sete milhões trezentos e vinte e cinco mil duzentos e trinta e cinco) opções de compra de Ações. A conversão das opções em ações observará a proporção de 1 (uma) opção para 1 (uma) ação.

h. Condições de aquisição de ações

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

O preço de outorga da opção será determinado pela aplicação da seguinte fórmula de precificação:

PREÇO DA OPÇÃO:

PO = 5% do Patrimônio Líquido na data da outorga, dividido pelo número total de ações da Companhia.

A Opção de Compra de Ações somente poderá ser exercida se e quando ocorrer um dos seguintes Eventos de Liquidez: (a) alienação de participação acionária que implique na mudança do controle acionário da Companhia; ou (b) realização de oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia ("IPO"), independentemente do valor das ações de emissão da Companhia na data da ocorrência dos Eventos de Liquidez.

As opções de compra de Ações deverão ser exercidas integralmente, dentro dos prazos e nas condições estabelecidas nos respectivos Contratos de Opção de Compra de Ações, as quais deverão ser consistentes com as condições gerais previstas neste Plano. O prazo de exercício será de até 5 (cinco) anos contados da ocorrência de um dos Eventos de Liquidez previstos no 2º Plano.

Se após o decurso do prazo de 4 (quatro) anos não tiver ocorrido nenhum Evento de Liquidez, as Opções de Compra de Ações outorgadas serão recompradas pela empresa pelo valor pago pelo beneficiário corrigido pelo IPC-A.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço do exercício de cada Opção de Compra de Ações será determinado com base no Enterprise Value, calculado com base no EBITDA anual dos últimos três exercícios encerrados e auditados da Companhia imediatamente anteriores à data de compra das opções ("Preço de Exercício da Opção de Compra"), conforme fórmula abaixo:

ENTERPRISE VALUE:

EV = 6 x Média do EBITDA da Companhia nos últimos três exercícios

O Preço de Exercício da Opção de Compra, será corrigido pelo IPC-A +3,00% (três por cento) ao ano, desde a outorga até o exercício.

Uma vez estabelecido o Preço de Exercício da Opção de Compra, caso o Endividamento Líquido (valor correspondente à diferença entre o valor do Caixa e do Endividamento da Companhia) seja maior que 2,5 vezes o EBITDA, o valor da diferença será adicionado ao Preço de Exercício da Opção de Compra. O Endividamento será considerado proporcionalmente ao número de Ações objeto da Opção de Compra.

A Opção de Compra somente poderá ser exercida mediante entrega da Notificação de Exercício pelo Beneficiário no prazo e nos períodos fixados no 2º Plano e nos respectivos Contratos de Opção de Compra de Ações.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Caso o Beneficiário exerça seu direito de compra de ações, o preço deverá ser pago em até 10 (dez) dias contados da data de entrega da Notificação de Exercício, devendo a emissão das respectivas ações (e/ou venda, no caso de ações em tesouraria) ocorrer em até 30 (trinta) dias da data do pagamento do preço de exercício pelo Beneficiário.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

O prazo de exercício é de até 5 (cinco) anos a contar da ocorrência de um dos Eventos de Liquidez. Para todos os beneficiários, as Opções de Compra de Ações outorgadas serão adquiridas em lotes, seguindo a seguinte sistemática de carência: (i) no momento da outorga, não haverá qualquer lote vestido; (ii) no primeiro ano será vestido o primeiro lote, correspondente a 50% das Ações outorgadas; (iii) no segundo ano será vestido o segundo lote, correspondente a 75% das Ações outorgadas; e (iv) no terceiro ano será vestido o terceiro lote, correspondente a 100% das Ações outorgadas.

No caso de Evento de Liquidez, conforme previsto no 2º Plano, no mínimo 30,00% das opções outorgadas poderão ser adquiridas imediatamente (caso ainda não tenha sido atingido o Ano 1), independentemente dos prazos previstos, possibilitando seu posterior exercício nos termos definidos no 2º Plano. Os demais percentuais (Ano 2 e Ano 3) seguirão a sistemática original prevista acima.

Se após o decurso do prazo de 4 (quatro) anos não tiver ocorrido nenhum dos Eventos de Liquidez previstos no 2º Plano, as Opções de Compra de Ações outorgadas serão recompradas pela empresa pelo valor pago pelo Beneficiário corrigido pelo IPC-A desde o referido pagamento.

k. Forma de liquidação

Os Beneficiários que venham a ser titulares de Ações em decorrência do exercício das opções de compra no âmbito do 2º Plano terão direito de venda conjunta (“tag along”) proporcional em caso de alienação de participação acionária detida, direta ou indiretamente, no capital social da Companhia pelo acionista Benjamin Ribeiro Quadros, que implique a mudança do controle acionário da Companhia.

O direito de venda conjunta de cada Ação dos Beneficiários será correspondente a 100,00% (cem por cento) do valor atribuído a cada ação alienada pelo acionista Benjamin Ribeiro Quadros.

Além disso, o acionista Benjamin Ribeiro Quadros terá o direito de compelir os Beneficiários que venham a ser titulares de Ações no âmbito do 2º Plano a vender as Ações de que sejam titulares (“drag along”).

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

1. Restrições à transferência das ações

No caso de Evento de Liquidez consistente em IPO, as Ações no âmbito do 2º Plano deverão ser convertidas no equivalente de Ações a que o Beneficiário tem direito, do mesmo tipo e classe das demais ações ofertadas na Bolsa de Valores, e somente poderão ser vendidas pelos Beneficiários, na forma e prazos estabelecidos no referido IPO e de acordo com as demais obrigações contratadas perante a B3 e em conformidade com as demais leis aplicáveis.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Se o número de ações existentes na Companhia for aumentado ou diminuído ou se as ações forem trocadas por espécies ou classes diferentes, como resultado de bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos, serão então feitos ajustamentos apropriados no número de Ações em relação às quais as opções tenham sido concedidas e ainda não exercidas. Quaisquer ajustamentos nas opções serão feitos sem mudança no valor de compra do total aplicável à parcela não exercida da opção, mas com ajustamento correspondente ao preço de exercício por cada ação ou qualquer unidade de ação abrangida pela opção.

Se a Companhia for capitalizada, a qualquer momento, os Beneficiários, quando do exercício das opções de compra, terão sido proporcionalmente diluídos.

O Conselho de Administração estabelecerá as regras aplicáveis aos Beneficiários para os casos de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização societária da Companhia.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Caso o contrato de trabalho ou o mandato do Beneficiário venha a cessar em razão (a) de, respectivamente, pedido de demissão ou renúncia; ou (b) demissão (sem justa causa) ou destituição (sem justo motivo), o Beneficiário poderá: manter as opções já pagas e exercê-las caso ocorra um dos Eventos de Liquidez, desde que em até 30 (trinta) dias dos eventos ali descritos, mediante notificação por escrito enviada ao Conselho de Administração da Companhia, sendo que, após tal prazo, a Companhia realizará a recompra das opções de compra outorgadas ao Beneficiário pelo valor do Prêmio calculado com base na data de término do respectivo contrato de trabalho ou mandato. Na hipótese de demissão com justa causa ou destituição com justo motivo, obedecida, conforme for o caso, a definição de justo motivo prevista na legislação societária ou de justa causa prevista na legislação trabalhista, o que for aplicável, a Companhia efetuará a recompra das opções de compra outorgadas ao Beneficiário pelo valor do Prêmio calculado com base na data de término do respectivo contrato de trabalho ou mandato, conforme a metodologia de cálculo descrita no plano.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

“Plano 1” - Não há remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária. O Plano 1 não teve qualquer opção outorgada a membros da Diretoria estatutária, observado que 3 (três) colaboradores contemplados no Plano 1 se tornaram diretores estatutários no exercício 2021, porém, com exceção de 10.000 opções em aberto, com vencimento em Set/2022, todas as suas respectivas opções já haviam sido exercidas por ocasião da sua eleição à Diretoria.

“Plano 2” - A tabela abaixo apresenta informações sobre a remuneração baseada em ações da Diretoria Estatutária da Companhia reconhecida no resultado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, considerando o número de membros de cada órgão aos quais foi efetivamente atribuída remuneração baseada em ações.

Descrição	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
a. órgão	Diretoria Estatutária		
b. número total de membros	6,00	2,00	2,00
c. número de membros remunerados	3,00	-	-
d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:			
(i) data de outorga	09.2021	-	-
(ii) quantidade de opções outorgadas	924.016	-	-
(iii) prazo para que as opções se tornem exercíveis	Evento liquidez (IPO ou venda de controle)	-	-
(iv) prazo máximo para exercício das opções	5 anos	-	-
(v) prazo de restrição à transferência das ações	N/A	-	-
(vi) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:			
• em aberto no início do exercício social	R\$ 4,76	-	-
• perdidas durante o exercício social	N/A	-	-
• exercidas durante o exercício social	N/A	-	-
• expiradas durante o exercício social;	N/A	-	-
e) valor justo das opções na data de cada outorga;	1º lote R\$ 1,20 2º lote R\$ 1,01 3º lote R\$ 0,85	-	-
f) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,7%	-	-

13.6 - Opções em Aberto

Não aplicável. Os diretores estatutários e os membros do conselho de administração da Companhia não possuem, atualmente, opções em aberto.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

Não aplicável. Não há opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

a. modelo de precificação

O valor das opções emitidas no âmbito do Plano 2 foi determinado utilizando-se a metodologia “Barone-Adesi e Whaley”, uma variante do modelo “Black & Scholes”, que permite a precificação do tipo americano, no qual o detentor poderá exercer-la a qualquer momento até o limite do prazo de expiração da opção. O modelo estabelece o valor justo considerando a expectativa de dividendos, a expectativa de volatilidade, a taxa de juros livre de risco e o prazo de maturidade.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

- ✓ **Preço das ações:** Como a Companhia não possuía ações negociadas até a data de avaliação do plano de stock options, foi realizado pela Administração uma estimativa de valor justo considerando a metodologia denominada fluxo de caixa descontado. O valor da ação estimado foi de R\$ 7,92.
- ✓ **Preço de exercício:** 1º lote – R\$ 3,53; 2º lote – R\$ 4,68; 3º lote – R\$ 5,64
- ✓ **Volatilidade esperada:** Foi utilizado uma proxy de volatilidade de empresas similares do mercado acionário americano com taxa média de 31,8%.
- ✓ **Prazo de vida da opção:** consideramos um prazo de vida de 5 anos a partir da data do evento de liquidez (Oferta pública de ações ou venda de controle), conforme disposto no Plano de Opções.
- ✓ **Dividendos esperados:** O dividendo yield foi considerando uma distribuição mínima de 25% dos lucros em forma dividendo dos resultados de 2021 e 2020. A taxa de dividendos obtida foi de 1,00204% ao ano.
- ✓ **Taxa de juros livre de risco:** Foi utilizado como proxy para a taxa livre de risco as taxas de referência para ajustes de contratos de Swap DI x Pré. A taxa média utilizada foi de 9,60% e 9,53%.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Para as opções, foi mensuramos o valor justo dos direitos sobre a valorização de ações, mediante um modelo de precificação de opções na data de concessão, registrando tal despesa como despesas gerais e administrativas ao longo do período de carência de cada tranche das opções.

O modelo utilizado “Barone-Adesi e Whaley” sugere uma fórmula na qual a equação diferencial estocástica é dividida em dois componentes: o valor da opção europeia e o prêmio de exercício antecipado. Esta solução envolve encontrar o valor crítico de forma que se fique indiferente entre o exercício antecipado e a manutenção até o vencimento.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

13.8 - Precificação Das Ações/opções

A determinação da volatilidade esperada foi realizada por uma proxy de volatilidade de empresas similares do mercado acionário americano.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu Valor Justo

Não foram considerados outros elementos além daqueles descritos no item 13.8 (a).

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

Na tabela abaixo apresentamos a quantidade de ações da BRQ detidas pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social e o corrente:

Órgão	Sociedade Emissora dos Valores Mobiliários	12.2021	05.2022
Conselho de Administração	BRQ Soluções em Informática S.A.	98.326.061	86.451.073
Diretoria Estatutária	BRQ Soluções em Informática S.A.	1.689.078	13.564.066
Conselho Fiscal	BRQ Soluções em Informática S.A.	-	-

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

Não aplicável, uma vez que a Companhia não contribui com planos de previdência de titularidade dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Nº de membros	6,00	2,00	2,00	7,00	6,00	6,00
Nº de membros remunerados	6,00	2,00	2,00	4,00	2,00	2,00
Valor da maior remuneração(Reais)	80.054,58	76.592,59	72.643,65	17.246,55	16.500,72	15.306,49
Valor da menor remuneração(Reais)	50.536,92	58.666,67	56.130,63	17.246,55	16.500,72	15.306,49
Valor médio da remuneração(Reais)	60.415,35	67.629,63	64.387,14	17.246,55	16.500,72	15.306,49

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Contratos entre a Companhia e seus Administradores não contêm quaisquer arranjos contratuais. A Companhia não fornece apólices de seguros nem outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para seus Administradores, ressalvado pela apólice de seguro D&O referida no item 12.11.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

EXERCÍCIO 2019			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. percentual da remuneração total	0%	100%	N/A
EXERCÍCIO 2020			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. percentual da remuneração total	0%	100%	N/A
EXERCÍCIO 2021			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. percentual da remuneração total	0%	100%	N/A

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

Não aplicável. Nenhum membro do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária da Companhia recebeu remuneração por qualquer razão que não a função que ocupa. Além disso, a Companhia não tem, nem teve nos últimos três exercícios, Conselho Fiscal instalado.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Não aplicável. Nenhum membro do Conselho da Administração ou da Diretoria Estatutária da Companhia recebeu remuneração decorrente de suas atividades na Companhia cujos valores tenham sido reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum ou de controladas.

13.16 - Outras Informações Relevantes

A Companhia considera que não existem outras informações relevantes além das apresentadas nos itens anteriores.



**Anexo III: Destinação do Lucro Líquido (Anexo 9-1-II Instrução
CVM 481/09)**

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

Anexo 9-1-II Instrução CVM 481/09

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 é de **R\$ 36.736.884,48** (Trinta e seis milhões, setecentos e trinta e seis mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e quarenta e oito centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O montante global corresponde a **R\$ 17.450.020,13** (Dezessete milhões, quatrocentos e cinquenta mil, vinte reais e treze centavos) para distribuição de dividendo obrigatório e adicionais aos acionistas.

O valor por ação dos dividendos obrigatórios (com atualização monetária) e adicionais é de **R\$ 0,13364647**.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O percentual do Lucro Líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, corresponde a 95% do lucro líquido ajustado.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não houve dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe
- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio
- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

Descrição	Data Declaração de Pagamento	Valor Bruto (R\$)	Valor Bruto por Ação ON (R\$)	Data Pagamento
Dividendos Adicionais	27/04/2022	8.725.010,07	0,06569844	29/04/2022
Dividendos Adicionais (Atualização Monetária)	A ser informado na ata da assembleia			

Incidirá sobre o pagamento dos dividendos a aplicação da atualização monetária pela variação do IGP-M do mês anterior à referida atualização e calculado pro rata temporis, a partir da data do encerramento do exercício social até a data do seu efetivo pagamento aos acionistas.

- 6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**
- Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**
 - Informar a data dos respectivos pagamentos**

Os itens acima não são aplicáveis a Companhia, devido não ter ocorrido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

- 7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**
- Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

Descrição	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Lucro Líquido	36.736.884,48	42.286.456,41	28.970.649,19
Ações ON	133.186.083	133.186.083	130.724.698
Lucro por Ação ON	0,27583	0,31750	0,22162

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Descrição	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Dividendos	17.450.020,13	20.086.066,80	27.522.116,73
Ações ON	133.186.083	133.186.083	130.724.698
Ações	132.975.127	132.975.127	130.580.992
Ações em tesouraria	210.956	210.956	143.706
Dividendo por Ação ON	0,13363	0,15105	0,21077

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

O montante destinado a Reserva Legal corresponde a **R\$ 1.836.844,22**.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Conforme os termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, a reserva legal é constituída por meio da destinação de 5% do lucro líquido, sendo que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Os itens acima não são aplicáveis a Companhia, devido não possuirmos ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme previsto no ARTIGO 39º - Anualmente, no dia 31 de dezembro, a Companhia encerrará o seu exercício social, ocasião em que será levantado o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras previstas em lei, observando-se, quanto ao resultado, as seguintes disposições:

- (i) do resultado do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda;
- (ii) do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social, conforme artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;
- (ii) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, pelo menos, para pagamento de dividendos;
- (iii) no exercício em que o montante do dividendo mínimo obrigatório, calculado nos termos do item (ii) acima, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (iv) constituição de outras reservas ou fundos previstos em lei ou neste estatuto.

§ 1º - Havendo saldo dos resultados, após as destinações referidas nos itens (i) a (iv) acima, o mesmo ficará à disposição da Assembleia Geral, observadas as prescrições

legais. Caso o saldo de reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos aos acionistas, nos termos do artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas.

§ 2º - A Diretoria, ouvido o Conselho de Administração, poderá "ad referendum" da Assembleia Geral, que deliberará imediatamente, antecipar a distribuição de dividendos.

§ 3º - Sem prejuízo do balanço patrimonial previsto no "caput" deste artigo, a Companhia poderá, sempre que necessário, levantar balanços extraordinários.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim, está sendo pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não há montante retido.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

c. Justificar a retenção dos dividendos

Os itens acima não são aplicáveis a Companhia, pois não ocorreu retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da BRQ.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

d. Justificar a constituição da reserva

Os itens acima não são aplicáveis a Companhia, pois não ocorreu destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**
- Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Os itens acima não são aplicáveis a Companhia, pois não ocorreu destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**
- Identificar o montante destinado à reserva**
- Descrever como o montante foi calculado**

Os itens acima não são aplicáveis a Companhia, pois não ocorreu destinação de resultado para reservas estatutárias.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

A proposta do orçamento de capital aprovada pela Companhia, para o exercício social do ano de 2022, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, para fins de atender às necessidades de aquisições de empresas e investimentos no montante total de **R\$ 37.538.086,91**.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Aquisição de Empresas / Investimentos	R\$ 37.538.086,91
Total de Orçamento de Capital	R\$ 37.538.086,91

I) Orçamento de Capital - Artigo 196 da lei 6.404/76

Tendo em vista o crescimento da BRQ e as projeções realizadas para os negócios até 2022, a Companhia fará investimentos em projetos de aquisição de empresas, investimentos em ativos tangíveis e intangíveis de TI e investimentos minoritários em start-ups.

Para tanto, será oportuna a formação da reserva de investimentos futuros no montante de **R\$ 37.538.086,91**.



16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado à reserva**
- b. Explicar a natureza da destinação**

Os itens acima não são aplicáveis a Companhia, pois não ocorreu destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.



Anexo IV: Orçamento de Capital

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Aquisição de Empresas / Investimentos	R\$ 37.538.086,91
Total de Orçamento de Capital	R\$ 37.538.086,91

I) Orçamento de Capital - Artigo 196 da lei 6.404/76

Tendo em vista o crescimento da BRQ e as projeções realizadas para os negócios até 2022, a Companhia fará investimentos em projetos de aquisição de empresas, investimentos em ativos tangíveis e intangíveis de TI e investimentos minoritários em start-ups.

Para tanto, será oportuna a formação da reserva de investimentos futuros no montante de **R\$ 37.538.086,91**.